



F U N D A Ç Ã O

**ESCOLA DE GOVERNO**  
**DE MATO GROSSO DO SUL**

**PLANO DE  
DESENVOLVIMENTO  
INSTITUCIONAL  
2018-2022**

Aprovado pelos Egrégios  
Conselho Fundação Escola de Governo-MS em \_\_\_\_\_  
Conselho de Administração em \_\_\_\_\_  
Deliberação CEE nº \_\_\_\_\_

## **ELABORAÇÃO DO PDI**

### **Comissão de Elaboração**

Adriana Andrade dos Santos

Claudia Flores Cavalcanti

Luciano Paulo de Almeida Souza

Wilton Paulino Junior

### **Colaboradores**

Anderson Canale

Antonieta Colman dos Santos

Claudia Flores Cavalcanti

Claudineia Jara Vieira Rodrigues

Giovanna Ramos Auto

Gleiciane Araujo da Ressureição

Gustavo Aurelio Martins

Joaquim Soares de Oliveira Neto

Jose Luiz Pereira

Katia Juliane Lopes de Oliveira

Luciano Paulo de Almeida Souza

Maria Aurora Vieira

Maria do Carmo da Silva

Silvana Maria Marchini Coelho

Vagner Silva de Almeida

Venceslada Salazar

Victor Manuel Lopes Figueiras

Viviane Vilani dos Santos Lima

Wilton Paulino Junior

**Equipe Comissão Própria de Avaliação**

Giovanna Ramos Auto

Silvana Maria Marchini Coelho

Vagner Silva de Almeida

Wander Matos Aguiar

**ORGANOGRAMA**

Conforme Decreto nº 14.893, de 15 de dezembro de 2017 publicado no Diário Oficial nº 9.555 de 18 de dezembro de 2017.

Diretoria da Presidência  
Assessoria de Gabinete  
Procuradoria Jurídica  
Assessoria de Tecnologia da Informação  
Assessoria de Comunicação

Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação:  
- Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação:  
- Divisão de Pesquisa e Comunicação:

Diretoria de Educação Continuada  
- Coordenadoria de Qualificação e Capacitação  
- Divisão de Educação a Distância  
- Divisão de Registro e Controle

Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento  
- Coordenadoria de Projetos Especiais  
- Divisão de Captação de Recursos e Parcerias

Diretoria de Administração, Orçamento e Finanças  
- Coordenadoria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
- Divisão de Administração, Contratos, Convênios e Compras  
- Divisão de Gestão de Pessoas  
- Divisão de Arquivo e Patrimônio

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2. PERFIL INSTITUCIONAL.....</b>	<b>10</b>
2.1 BREVE HISTÓRICO.....	10
2.2 MISSÃO.....	10
2.3 VISÃO.....	10
2.4 VALORES.....	10
2.5 OBJETIVOS E METAS .....	11
2.6 ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	14
<b>3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>14</b>
3.1 INSERÇÃO REGIONAL.....	17
3.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	18
3.3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	19
3.4 CARGA HORÁRIA – curso de pós-graduação .....	23
3.5 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO - curso de pós-graduação lato sensu em nível de especialização .....	23
3.6 PÚBLICO ALVO E VAGAS – curso de pós-graduação.....	24
3.7 POLÍTICAS DE ENSINO.....	25
3.7.1 Ensino de Graduação.....	25
3.7.2 Ensino de Pós-Graduação - Strictu Sensu.....	29
3.7.3 Ensino de Pós-Graduação - Lato Sensu.....	30
3.7.4 Formação Continuada.....	30
3.7.5 Educação a Distância.....	32
3.8 POLÍTICAS DE PESQUISA .....	38
3.9 POLÍTICAS DE EXTENSÃO .....	39
3.10 POLÍTICAS DE GESTÃO.....	41
3.11 POLÍTICA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	42
3.12 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE DISCENTE, TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E DOCENTE.....	43
3.13 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES.....	43
<b>4. RESPONSABILIDADE SOCIAL .....</b>	<b>44</b>
<b>5. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>44</b>
5.1 DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS.....	44
<b>6. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>46</b>
6.1 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – ASSECOM.....	47
6.2 OUVIDORIA PÚBLICA .....	49
6.3 ESPAÇOS COLETIVOS COMO INSTÂNCIAS DE COMUNICAÇÃO .....	50

<b>7. POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS .....</b>	<b>51</b>
7.1 CORPO DOCENTE.....	51
7.1.1 Titulação e Regime de Trabalho .....	51
7.1.2 Critérios de Seleção e Contratação.....	53
7.1.3 Qualificação do Corpo Docente .....	53
7.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	54
7.2.1 Critérios de Admissão e Seleção .....	54
7.2.2 Ações de Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento Profissional .....	55
7.2.3 Desenvolvimento Profissional .....	56
7.3 MELHORIAS EM RELAÇÃO AO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO .....	59
<b>8. GESTÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>60</b>
8.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	60
8.2 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL .....	61
8.3 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES INSTITUCIONAIS .....	62
8.3.1 Diretoria da Presidência.....	63
8.3.2 Assessoria de Gabinete .....	64
8.3.3 Procuradoria Jurídica.....	64
8.3.4 Assessoria de Tecnologia.....	65
8.3.5 Assessoria de Comunicação.....	65
8.3.6 Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.....	66
8.3.7 Diretoria de Educação Continuada.....	67
8.3.8 Diretoria de Desenvolvimento e Planejamento.....	67
8.3.9 Diretoria de Administração, Orçamento e Finanças.....	68
<b>9. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE .....</b>	<b>69</b>
9.1 FORMAS DE ACESSO AOS CURSOS – Educação Superior e Qualificação Profissional.....	69
9.2 ESTÍMULO À PERMANÊNCIA - Programa de Atendimento Comunitário.....	70
9.3 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL E DOS CURSISTAS.....	71
9.4 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS .....	71
<b>10. INFRAESTRUTURA .....</b>	<b>72</b>
10.1 SEDE – Campo Grande-MS .....	72
10.2 SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA ESCOLAGOV-MS.....	72
10.3 PORTAL DA ESCOLAGOV-MS (Portal Cooperativo).....	74
10.4 AMBIENTE DE APRENDIZAGEM (AVA).....	75
10.5 LABORATÓRIOS DA ESCOLAGOV-MS.....	76
10.5.1 Laboratórios de Ensino .....	76
10.5.2. Laboratórios de Informática .....	76
10.6 ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS .....	77
10.6.1.1 Para estudantes com deficiência física ou mobilidade reduzida.....	78
10.6.1.2 Para estudantes com deficiência visual.....	78

	12
10.6.1.3 Para estudantes com deficiência auditiva.....	78
10.7 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA.....	79
<b>11. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>80</b>
11.1 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	85
<b>11.1.1</b> Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução.....	<b>86</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul - ESCOLAGOV-MS, é um instrumento de planejamento e gestão seguindo a missão da Fundação em qualificação por meio de formação continuada em serviço e educação superior.

A Fundação ESCOLAGOV-MS consolidou-se, ao longo de sua existência, como uma das mais importantes instituições do estado e tem buscado manter essa posição por meio do ensino, da pesquisa e de programas de formação e inovação. Diante disso, o Plano de Desenvolvimento Institucional, além de cumprir as exigências legais no que diz respeito à sua elaboração, tem o objetivo de constituir-se como uma orientação que define os rumos da Fundação.

Para a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional, foi nomeada uma comissão que estabeleceu os princípios norteadores para a construção do PDI, pautados nos documentos institucionais da ESCOLAGOV-MS e nas orientações propostas pelo Conselho Estadual de Educação CEE-MS e Ministério da Educação MEC.

O documento apresenta-se em doze itens, organizados de acordo com as dimensões avaliativas do Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES), conforme a seguir:

1. Perfil Institucional com um breve histórico da ESCOLAGOV-MS, explicitação da Missão da Fundação, seus Objetivos e Metas projetados para o triênio, bem como áreas de atuação.
2. Projeto Pedagógico Institucional que trata da Inserção regional da Fundação, com a explicitação de seus princípios filosóficos e teórico-metodológicos, seguidos da Organização Didático-pedagógica.
3. Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão, seção que reúne no ensino Políticas de educação superior.
4. Responsabilidade Social, seção em que se menciona o compromisso social da ESCOLAGOV-MS, bem como a sua atuação nas esferas da inclusão social e gestão.
5. Desenvolvimento da Instituição e dos Cursos em âmbito pedagógico e estrutural, que trata dos cursos de qualificação e pós-graduação.
6. Interação com a Sociedade com informações sobre a Assessoria de Comunicação Institucional, a Ouvidoria pública e os Espaços Coletivos como instâncias de comunicação.



7. Gestão de Pessoas que apresenta política de gestão relativa a: corpo docente (titulação e regime de trabalho) – por meio de edital simplificado, critérios de contratação e de qualificação para o exercício da docência; ao corpo técnico-administrativo critérios de admissão e seleção – por meio de edital simplificado; ações de avaliação de desempenho e desenvolvimento profissional; políticas de benefícios para o corpo docente e técnico-administrativo; atendimento de serviço social. Por fim, apresentar melhorias em relação aos corpos docente e técnico-administrativo.
8. Gestão Institucional, em que se informa a organização administrativa; a estrutura e organização dos alunos e os órgãos de apoio às atividades de formação e qualificação.
9. Políticas de Atendimento ao Discente, informando formas de acesso aos cursos; programa de apoio pedagógico aos servidores que inclui: bolsas de estudo aos efetivos e concursados no Governo do Estado de Mato Grosso do Sul; estímulo à permanência do servidor na Fundação, com o programa de atendimento de organização estudantil e acompanhamento de egressos.
10. Infraestrutura onde são mencionadas informações sobre a sede da ESCOLAGOV-MS; as unidades suplementares; o sistema de bibliotecas; os laboratórios; o atendimento às pessoas com necessidades especiais.
11. Avaliação, que trata do processo de acompanhamento Institucional e da avaliação dos cursos de pós-graduação.
12. Sustentabilidade, onde são expostos os fatores que levam à sustentabilidade da Instituição.

Finalizando, cabe assinalar que o PDI para o triênio 2018-2020, mostra-se um instrumento de utilidade prática para ser observado passo a passo pelos gestores, de modo a resgatar a autonomia de formação e qualificação da Fundação, enfrentar os desafios futuros e garantir a sua reconhecida história em qualificação por meio de formação continuada em serviço.

**Emenda n. 01 ao PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI 2018-2020**, aprovado pelo Conselho Administrativo.

O PDI 2018-2020, passa a vigorar acrescido da seguinte redação: “O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, previsto para vigorar no período de 2018-2020 passa a vigorar também no período de 2021-2022”. Esta emenda entra em vigor após PORTARIA INTERNA ESCOLAGOV Nº 001/2021.

## **2 PERFIL INSTITUCIONAL**

### **2.1 Breve Histórico**

A ESCOLAGOV-MS, cuja autorização para sua criação foi estabelecida pela Lei 2.155/2000, iniciou suas atividades em 26 de outubro do mesmo ano. Criação autorizada pela Lei 2.155/2000 e instituída pelo Decreto 10.343/2001, a instituição da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul, integrada à administração indireta do Poder Executivo, é dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com patrimônio próprio, sede e foro na Capital do Estado, prazo de duração indeterminado, com a finalidade de promover a formação, o aperfeiçoamento e a capacitação de servidores públicos, mediante a execução de programas de treinamento e a qualificação profissional voltados para a modernização e a gestão eficiente dos serviços públicos.

O Estatuto da Fundação está disposto no Decreto nº 14.893, de 15 de dezembro de 2017 publicado no Diário Oficial nº 9.555 de 18 de dezembro de 2017.

O reconhecimento de seu padrão de qualidade em cursos de aprimoramento profissional para servidores públicos gerou a oferta das palestras, seminários e o prêmio de inovação na gestão pública, desenvolvido em parceria com diversos setores públicos e privados.

A Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul, frente às atuações consolidadas no investimento aos servidores públicos estaduais, dá visibilidade ao governo do Estado de Mato Grosso do Sul, pretende promover o ensino superior profissionalizante com a missão de “definir e implementar políticas e estratégias de pesquisa, pós-graduação e capacitação; estimula, gerencia e divulga as atividades pertinentes, visando a excelência da fundação e o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Mato Grosso do Sul”.

### **2.2 Missão**

Promover, desenvolver e coordenar as políticas de formação, capacitação, aperfeiçoamento e valorização dos servidores, visando a modernização e eficiência dos serviços públicos.

### **2.3 Visão**

Ser referência nacional como uma instituição inovadora e eficiente no processo de formação, capacitação e qualificação dos servidores.

### **2.4 Valores**

1. Ética

Agir com observância dos princípios de Administração Pública.

2. Equidade

Aplicar nas ações da ESCOLAGOV-MS a imparcialidade, senso de justiça e respeito à igualdade dos direitos.

3. Valorização dos servidores públicos

Promover desenvolvimento atendendo as expectativas dos servidores.

4. Transparência nas ações

Prezar pela publicidade em todas as ações.

5. Inovação

Criar um ambiente que proporcione aos servidores a participação e proposição de novas práticas na gestão pública.

6. Qualidade dos serviços

Eficiência, eficácia e efetividade na atuação da ESCOLAGOV-MS.

7. Compromisso com a excelência dos resultados

Comprometimento do servidor na busca de melhores resultados para a sociedade.

## **2.5 Objetivos E Metas**

A Presidência da Fundação, como orientação de seu projeto de gestão trienal, propõe as seguintes metas e objetivos a seguir apresentados. As ações que concretizarão essas metas, assim como a sua quantificação, serão explicitadas, anualmente, no Plano de Trabalho da Fundação.

## Objetivos

- Manter a identidade educacional no curso de ensino superior e qualificação profissional;
- Fortalecer a imagem da Fundação;
- Credenciar o projeto institucional e de suas respectivas estratégias no Conselho Estadual de Educação – CEE/MS;
- Fortalecer as ações de responsabilidade social;
- Aprimorar a gestão acadêmica, administrativa e financeira. Esses objetivos serão cumpridos por meio das seguintes metas:

*Meta 1* – Manutenção da identidade educacional no curso de especialização e qualificação profissional, com reconhecida excelência pública e inserção social no ensino, na pesquisa e na extensão, garantido a ampla gama de formações oferecida à sociedade e aos servidores públicos estaduais.

*Meta 2* – Redimensionamento da pertinência e da expansão das modalidades de formação oferecidas, considerando a oferta, a demanda e as condições institucionais.

*Meta 3* – Fortalecimento da imagem da Fundação pela ampliação de sua visibilidade, por meio da divulgação da produção acadêmica em periódicos de renome, da implementação do repositório institucional e da obtenção de melhores conceitos pelos cursos na avaliação externa.

*Meta 4* – Credenciamento da instituição para a oferta de cursos de Pós-Graduação lato-sensu, em nível de especialização, na área das ciências humanas e de suas respectivas estratégias no Conselho Estadual de Educação – CEE/MS.

*Meta 5* – Atualização acadêmico-administrativa para subsidiar o cumprimento de diferentes metas nas áreas de atuação da Fundação.

*Meta 6* – Ampliação e/ou promover parcerias para melhoria da infraestrutura para a vida acadêmica da Fundação.

*Meta 7* – Elevação dos patamares de qualidade dos cursos em todos os níveis de ensino, tendo como referência critérios internos e externos de avaliação, processos de autoavaliação de cursos e da Instituição.

*Meta 8* – Expansão das competências da Fundação nos campos em que sua atuação se encontra em consolidação, ampliando sua reconhecida experiência na área de Humanas no

curso de ensino superior;

*Meta 9* – Consolidação da política de internacionalização.

*Meta 10* – Aprimoramento da política de permanência dos estudantes na Fundação, com vistas à redução dos índices de evasão nos cursos.

*Meta 11* – Implantação de uma política institucional de egressos que subsidie: a formação continuada e o aperfeiçoamento das ações educacionais, o monitoramento, o aconselhamento e orientação relativa à inserção de egressos e estudantes nos espaços profissionais de trabalho.

*Meta 12* – Efetivação de uma política para a modalidade de ensino “Educação a Distância – EaD”, com investimentos na infraestrutura tecnológica e capacitação docente.

*Meta 13* – Incentivo à melhoria do desempenho docente associada à capacitação, à formação continuada e ao desenvolvimento profissional.

*Meta 14* – Apoio ao curso de ensino superior para estabelecimento de convênios e parcerias que intensifiquem a participação da Fundação nas políticas públicas, especialmente, àquelas voltadas para a formação de gestores governamentais e para a gestão em âmbito geral.

*Meta 15* – Ampliar a atuação da Fundação no ensino superior por meio de maior envolvimento em projetos institucionais, para a revisão constante do portfólio de cursos oferecidos, bem como para indução ao uso de EaD e de estímulo de sinergia entre as áreas.

*Meta 16* – Proceder à revisão do Estatuto da Fundação no ano de 2017.

*Meta 17* – Expansão vertical na atuação das áreas, por meio da pesquisa e da produção de conhecimento, de forma a promover seu aprimoramento no nível superior, a fim de assegurar a atuação da Fundação e favorecer a formação contínua do quadro docente, equipe técnica e gestora.

*Meta 18* – Criação de políticas de preservação do meio ambiente por meio de boas práticas do uso de recursos naturais e de produtos de consumo.

*Meta 19* – Fortalecimento da participação da comunidade interna na vida universitária nas dimensões acadêmica, cultural e comunitária.

*Meta 20* – Promoção da pesquisa no âmbito dos cursos de pós-graduação.

*Meta 21* – Criação de uma comissão de análise de produção acadêmica e elaboração de projetos para incentivos de participações em periódicos.

*Meta 22* – Implantação da Política de Extensão da Fundação e construção de modelo de gestão colaborativa das atividades extensionistas da Fundação.

## **2.6 Áreas De Atuação**

A Fundação Escola de Governo (ESCOLAGOV-MS), de acordo com seu Estatuto, é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, e de prestação de serviços à comunidade por meio dos servidores públicos, e tem por finalidade, entre outras, ministrar o ensino superior nos modelos de graduação e pós-graduação e realizar investigação e pesquisa científica.

Para alcançar essa finalidade, a ESCOLAGOV-MS atua na educação em programas de qualificação profissional por meio de formação continuada e ensino superior, em caráter presencial e educação a distância com utilização de plataformas.

A ESCOLAGOV-MS, frente às atuações consolidadas no investimento aos servidores públicos estaduais e dando visibilidade ao governo do Estado de Mato Grosso do Sul, promove seu curso no ensino superior com a missão de “definir e implementar políticas e estratégias de pesquisa e capacitação; estimular, gerenciar e divulgar as atividades pertinentes visando a excelência da Fundação e o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Mato Grosso do Sul”.

Além de oferecer cursos, realiza a investigação e pesquisa, bem como atua na promoção de parcerias com as instituições de interesse público e público-privado, em assuntos relativos aos diversos campos do saber.

## **3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

A Fundação Escola de Governo – ESCOLAGOV-MS com base na Estrutura Curricular de seus cursos deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, deve ser orientado numa perspectiva crítica, onde ação-reflexão-ação é colocada como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, adotando

o sentido pressuposto por Perrenoud e tendo como fio condutor o conceito e a competência.

É inerente ao exercício das competências que o ator disponha de autonomia e responsabilidade sobre os resultados de sua ação, o que converte, por essência, em um agente de mudança e de inovação em favor de objetivos em consonância com seu avanço profissional.

Segundo Perrenoud (1999, p. 30): "Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.). Para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações".

“Se aceitarmos que competência é uma capacidade de agir eficazmente num determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem se limitar a eles, é preciso que alunos e professores se conscientizem das suas capacidades individuais que melhor podem servir o processo cíclico de Aprendizagem-Ensino-Aprendizagem”.  
(PERRENOUD, 1999, p. 7).

A competência profissional, em outras palavras, o modelo de gestão por competência é um processo de gerenciamento que visa captar, desenvolver e manter conhecimentos, habilidades e atitudes positivas no trabalho através de uma avaliação de competência para identificar os pontos fortes e fracos existentes nos profissionais.

Competência e habilidade são dois conceitos que estão relacionados. A habilidade é conseguir pôr em prática as teorias e conceitos mentais que foram adquiridos, enquanto a competência é mais ampla e consiste na junção e coordenação de conhecimentos, atitudes e habilidades. O desenvolvimento de competências acontece na ação, no enfrentamento de problemas e na interação com o outro, porque é no exercício da ação que os recursos de capacidades do profissional são combinados e mobilizados. Em outras palavras, somente a vivência produz competências.

O Curso de Especialização em Políticas Públicas em Gestão Governamental tem como foco o papel profissional do dirigente na gestão das organizações públicas.

A ESCOLAGOV-MS adota a metodologia de aprendizagem do ensino-aplicação para a organização dos programas e definição das estratégias didático-pedagógicas.

Antes de iniciar é preciso compreender o construtivismo educacional enquanto movimento heterogêneo cujas fontes vão da psicologia personalista de Kelly ao sócio-

interacionismo de Vygotsky, passando por contribuições da epistemologia genética, da filosofia das ciências, da sociologia do conhecimento e da psicologia cognitiva num espectro que está longe de oferecer uma base consensual significativa. As variedades das contribuições dos diversos autores dependem não apenas das fontes que inspiram seus trabalhos, mas ainda da maneira peculiar como as interpretam e, sobretudo, da visão que têm do processo educacional como um todo e do ensino de ciências, em particular.

Os mecanismos funcionais expressos por teorias construtivistas a propósito do ato de conhecer não afirmam senão sua condição de indeterminação e imprevisibilidade. O construtivismo é a negação da possibilidade de controlar as aprendizagens e submetê-las a um “método” universal e infalível. Isso não retira em absoluto a necessidade de um planejamento de ensino que, compatível com esses mesmos princípios, assinale caminhos para a aprendizagem no sentido de aumentar as probabilidades de encontros entre estudantes e professor(a), entre saber escolar e saber social, entre o conhecimento erudito da ciência e as experiências e vivências dos estudantes. Trata-se, assim, de formular modelos de ensino, orientações didático-metodológicas coerentes e consistentes com determinadas teorias da aprendizagem e do conhecimento. O modelo se distingue de um método ou de uma técnica de ensino, uma vez que pressupõe flexibilidade quanto aos meios ou às estratégias de ação e ainda sobre uma reflexão continuada sobre os princípios que orientam a prática pedagógica.

Para que se cumpra os objetivos pedagógicos, utiliza-se várias estratégias didáticas: simulações, estudos de casos, oficinas, pesquisas de campo, visitas técnicas, projetos de intervenção, exposição dialogada, perguntas orientadas, entre outras que estimulem o pensamento reflexivo e crítico. Há uma combinação de aprendizagem individual e aprendizagem coletiva, por meio de atividades em grupo que favoreçam a troca de experiências – estratégias didático-pedagógicas ou componente curricular de um mesmo programa.

Serão promovidas visitas técnicas para análise de aspectos de gestão de programas governamentais em órgãos da administração pública, além disso, será ofertada palestras ao longo do curso com temas em âmbito em gestão governamental, liderança com o intuito de criar um ambiente propício ao debate e a reflexão sobre os conteúdos aprendidos.

A educação nesta Fundação apresenta-se, pois, como pauta universal para todos os seres humanos. E pretende afirmar a uma só voz seus valores e suas capacidades na condução da humanidade para um futuro melhor, demarcado pela liberdade e pela



igualdade. A educação para a cidadania, para o exercício profissional competente e responsável, assim como para o compromisso com a vida do planeta, pauta as políticas acadêmicas da Fundação ESCOLAGOV-MS como ideal e como prática – em outros termos, como missão a ser traduzida permanentemente em projetos, metas e ações.

Ao final de cada disciplina o conhecimento do estudante será mensurado por meio de atividades ou de trabalhos. Ao término do curso será realizado pelo estudante um trabalho de conclusão de curso (TCC), conforme normas específicas de acordo com o Regulamento e as orientações da Coordenação-Geral de Especialização.

### 3.1 Inserção Regional

A ESCOLAGOV-MS está inserida no estado de Mato Grosso do Sul e conta com 70 mil servidores da administração pública do estado; a Fundação tem sede no município de Campo Grande-MS. O município de Campo Grande concentra a maior economia do estado com um Produto Interno Bruto-PIB<sup>1</sup> de mais de R\$ 20 bi do valor gerado na economia do estado. Em 2016, registrou-se, no município, uma população estimada de 863.982 habitantes.

A Região Metropolitana de Mato Grosso do Sul, onde a Fundação mantém um *campus*, é formada por 79 municípios, com uma população de mais de 2.682.386 milhões de habitantes. O PIB de Mato Grosso do Sul representa 1,4% do total do país. O PIB de Campo Grande ainda é o 15º no ranking das 27 capitais brasileiras e ocupa a 33ª posição entre os 5.565 municípios do país. O PIB per capita, ou seja, por habitante do município, foi de R\$ 20 bi no ano, sendo o 29º maior do estado.

O Agronegócio se destaca e a geração de emprego em Mato Grosso do Sul é a segunda maior do país. O bom desempenho da agropecuária, elevou as contratações de trabalhadores no Estado. O setor foi responsável por 3.741 vagas de emprego, colocando Mato Grosso do Sul como o segundo estado que mais gerou empregos em 2016.

No ranking brasileiro, Mato Grosso do Sul só perde para Goiás na geração de emprego. São 5.761 vagas em nove meses, a frente de estados do Nordeste, Sul e Sudeste do país. Do Centro-Oeste, apenas o Distrito Federal apresentou queda na geração de vagas.

---

<sup>1</sup> IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em agost. 2017

Dados compilados pelo governo do Estado, mostram que apesar da crise enfrentada a Construção Civil foi o segundo setor que mais gerou vaga no ano, somando 2.641 postos. O setor de Serviços e Indústria aparecem em terceiro e quarto, enquanto que a instabilidade financeira é mais vista no Comércio, que só gerou 294 vagas.

Importante centro no crescente de serviços corporativos e financeiros, sede de inúmeras empresas nacionais e multinacionais, a capital de Mato Grosso do Sul tem-se destacado no “turismo de negócios”. É nesse contexto que a inserção da Fundação Escola de Governo-MS concretiza-se, identificada pelo número de egressos que se inserem no serviço público, associando o ensino à profissionalização.

A inserção estadual da Fundação ocorre também por meio das atividades de prestação de serviços, desenvolvidas por gerências que se constituem como espaços de diálogo e de parceria com a sociedade civil e órgãos públicos, para o enfrentamento de diversas demandas nas áreas do serviço público estadual, da educação, da assistência social e da cultura nos modelos em que atuam, sejam eles presenciais ou virtuais na Educação a Distância EaD, por meio de assessorias, treinamento e consultorias; e cumprindo, desse modo, a finalidade por ela assumida em seus três eixos fundantes: ensino, pesquisa e extensão.

### **3.2 Princípios Filosóficos E Teórico-Metodológicos**

Em coerência com os princípios da identidade da Fundação e com o princípio geral firmado no Estatuto da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul, no processo de planejamento curricular, os princípios a serem observados são os seguintes:

Educação em uma perspectiva freiriana, entendida como um processo ativo, aberto para o diálogo e orientado para a responsabilidade social e política, objetivando a conscientização e a libertação do indivíduo, com vistas a torná-lo agente de transformação da sociedade. Para se desenvolver essa educação consciente, libertadora e transformadora, o estudante deve ter um papel ativo na construção do conhecimento, sendo, portanto, protagonista da aprendizagem, sob a orientação do professor;

Qualificação presencial ou a distância, que leve o estudante a desenvolver sua

capacidade de lidar com problemas e buscar soluções, assegurada pelo rigor teórico, metodológico e técnico na apreensão, na sistematização e na produção de conhecimentos específicos de cada área e na sua articulação com as demais áreas da Fundação.

Elevado padrão de competência profissional pelo domínio instrumental técnico operativo e das habilidades de cada área de formação, capacitando para a atuação nas diversas realidades e âmbitos de pesquisa e exercício profissional;

Articulação das dimensões investigativas e interativas próprias das áreas de formação profissional, por meio da constituição, no processo pedagógico do curso, de espaços para o pensamento crítico e autônomo;

Flexibilidade no planejamento curricular, possibilitando a definição e estruturação das diversas atividades que compõem a organização curricular dos projetos pedagógicos, de modo a garantir ao estudante uma formação que lhe proporcione acompanhar e participar, criticamente, das transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas;

Valorização do trabalho interdisciplinar entendido como o desenvolvimento de ações que pressupõem a parceria, o diálogo, a articulação, a troca de conhecimentos, o questionamento, a busca da interação, entre diferentes áreas do saber. Implica uma busca constante de superação da mera superposição de conhecimentos. A ação interdisciplinar deve constituir-se, portanto, como uma reação à fragmentação do conhecimento;

Interação entre teoria e prática, articuladas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos;

Compromisso ético-social como princípio formativo, perpassando o conjunto da formação curricular;

Respeito às competências e atribuições previstas na legislação de cada área específica de formação.

### **3.3 Organização Didático-Pedagógica**

As diretrizes pedagógicas têm, nos princípios e nos compromissos assumidos pela Fundação com o governo do estado e a sociedade, a sua fonte permanente de inspiração e atualização e, no processo de produção de conhecimento por meio das atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, a garantia da qualidade do seu projeto

educacional.

A ESCOLAGOV-MS tem na pesquisa uma atividade essencial e articuladora do ensino e da extensão, que, em conjunto, interagem e se alimentam reciprocamente. Na sua concepção, ensino e aprendizagem só serão eficazes e motivadores caso seu processo se dê como processo de pesquisa. A extensão, por sua vez, também constitui uma atividade articuladora entre ensino e pesquisa, pois leva conhecimentos produzidos na Fundação, no sentido de sua transformação, e, nesse movimento, interage com o ensino e a pesquisa, criando um vínculo fecundo entre Fundação, servidores públicos estaduais e a sociedade. Assim, o Estatuto e o Regimento da Fundação dispõem que os cursos de ensino superior e de formação continuada devem ser planejados de um modo articulado, assegurando internamente a organização do seu sistema de ensino *indissociado da pesquisa e da extensão*.

A carreira docente desenvolve-se por meio da produção didática e científica. Cada professor deve cumprir um mínimo de produção didática e científica, de acordo com sua função no magistério, e deve ser avaliado em seu desempenho didático-pedagógico. O *planejamento e execução do trabalho docente* são acompanhados por meio de avaliação contínua, instituída pela Fundação. Um dos instrumentos de avaliação do desempenho didático-pedagógico é avaliação realizada pelos estudantes.

No que diz respeito aos parâmetros para elaboração dos currículos, os cursos de ensino superior são planejados observando-se o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), as Diretrizes Curriculares de cada curso, definidas pelo Conselho Nacional de Educação. São considerados, na organização didático- pedagógica dos cursos de educação superior, os itens a seguir:

<b>Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na CF/88, arts. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei 10.098/2000, nos Decretos, 5.296/2004, 6.949/2009, 7.611/2011 e na Portaria 3.284/2003.</b>
<b>Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.</b>
<b>Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795/1999, no Decreto nº 4.281/2002, e na Resolução CP/CNE nº 2/2012.</b>
<b>Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE nº1 de 30/05/2012.</b>
<b>Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, de acordo com o Decreto Lei nº 5.707/2006.</b>

*O perfil do egresso*, que deve expressar as competências profissionais necessárias para o campo de atuação profissional, além de possibilitar a compreensão de temas que transcendam o seu ambiente próprio de formação e que sejam importantes para a transformação da realidade contemporânea;

*A estrutura curricular* dos cursos, na qual devem ser contemplados aspectos como a *interdisciplinaridade*, interação das atividades pedagógicas, de modo a assegurar a diversidade de conhecimento, bem como superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral do estudante. Para tanto, é fundamental o estímulo a práticas de reciprocidade e de troca, em diferentes áreas do saber em uma perspectiva interdisciplinar, tanto para a análise e solução de problemas de modo mais abrangente e multidimensional; *a flexibilidade*, permitindo maior dinamismo nos cursos, podendo ser garantida por atividades de extensão, que contribuam para uma formação de caráter humanista, expressando responsabilidade e compromisso social com as demandas da sociedade; de pesquisa, realizadas por meio de iniciação científica. Essa flexibilidade pode ainda ser garantida pela inserção de disciplinas optativas e atividades na modalidade semipresencial, nas matrizes curriculares dos cursos.

*A inserção de Libras e de temas transversais*, sobretudo aqueles relacionados à Educação Ambiental, à Educação em Direitos Humanos, ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, e Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, de acordo com o Decreto Lei nº 5.707/2006. Garantindo, dessa forma, a convivência com diferenças sociais, intelectuais e culturais nos cursos de educação superior da Fundação ESCOLAGOV-MS, constitutiva no processo de formação do estudante;

*As metodologias de ensino e aprendizagem* nas quais devem ser ressaltadas, além dos métodos tradicionais, as metodologias ativas de aprendizagem;

*A incorporação de avanços tecnológicos*, promovendo a exploração de possibilidades pedagógicas geradas pelo uso da tecnologia na educação. Nesse contexto, nos projetos pedagógicos dos cursos, é prevista a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial. O *Moodle*, ambiente virtual de aprendizagem, usado pela Fundação, é configurado para garantir a oferta dessas atividades, possibilitando ao estudante o acesso às ferramentas necessárias para a realização das atividades propostas e para se criar uma cultura relacionada ao uso das tecnologias.

Professores, pesquisadores, estudantes e corpo administrativo podem utilizar os

laboratórios de informática instalados nas dependências de responsabilidade da ESCOLAGOV-MS, com a maioria dos computadores totalmente conectados à Internet, possibilitando que seus arquivos pessoais sejam mantidos em servidores de arquivos em rede. A Fundação mantém os equipamentos atualizados tecnologicamente de licenciamento de software, de modo a ofertar suporte tecnológico para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

*A articulação entre teoria e prática*, compreendida como um princípio de aprendizagem que possibilite que o estudante seja capaz de aplicar os conteúdos aprendidos em situações reais, com autonomia. Nesse sentido, é previsto *o estágio curricular supervisionado*, obrigatório ou não, atividade considerada como dimensão indissociável do processo de formação do estudante, assegurada pela relação entre docente e discente na orientação de estágio, pela articulação com a política de estágio da Fundação e pelo intercâmbio entre as unidades acadêmicas e os espaços do mercado de trabalho;

*As atividades acadêmico-científico-culturais* ou atividades complementares, componente curricular obrigatório, com o objetivo de estimular a prática acadêmica e de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, possibilitando o reconhecimento de habilidades e competências do estudante, inclusive as adquiridas fora do ambiente escolar;

*O trabalho de conclusão de curso*, como síntese de integração de conhecimentos, competências e habilidades adquiridas no curso pelo estudante, desenvolvido mediante orientação e avaliação;

*O processo de avaliação de ensino e de aprendizagem*, no qual deve ser assegurado que “a avaliação discente deverá dar lugar a uma avaliação processual e contínua (...)”. Nos processos de ensino e de aprendizagem devem ser considerados os elementos constitutivos desses processos, tais como: atividades curriculares, metodologias, relação professor-estudante, instrumentos e tempos avaliativos, respondendo às particularidades de cada componente curricular (pesquisa, aulas teóricas, práticas, laboratórios, trabalhos cooperativos, estágios, seminários, aulas integradas, entre outros).

Na organização didático-pedagógica da Instituição, além de se privilegiar a flexibilidade e a interdisciplinaridade nas atividades acadêmicas, científicas e culturais, nas práticas e nos estágios, são adotados, em alguns cursos, sistema modular de organização

curricular, oferecidos tanto em regime semestral quanto anual.

A graduação passa a ser considerada formação básica, que capacita o estudante para o diagnóstico e para a resolução de problemas frente aos desafios da ação profissional, mas também o conscientiza, simultaneamente, da importância da formação continuada em um contexto de profundas e rápidas mudanças. Isso indica a necessidade da inserção do discente no processo de educação continuada e de pós-graduação.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que têm por finalidade a formação de pessoal qualificado para o ensino superior e para a pesquisa, são desenvolvidos por disciplinas e atividades, com áreas de concentração definidas e articuladas por meio de linhas de pesquisa, organizados de acordo com suas especificidades, em regulamento próprio.

Assim como nos cursos *stricto sensu*, os cursos de pós-graduação *lato sensu*, que têm por finalidade oferecer estudos de aprofundamento ou aprimoramento em determinado campo de conhecimento, são organizados por regulamentos próprios e planejados segundo critérios de legislação específica para esses cursos.

### **3.4 Carga Horária – curso de pós-graduação lato sensu em nível de especialização**

Os Cursos terão carga horária de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas e duração mínima de 06 (seis) e máxima de 18 (dezoito) meses, incluindo critérios e elaboração do Trabalho – TCC.

### **3.5 Procedimentos De Avaliação – curso de pós-graduação lato sensu em nível de especialização**

Os cursos de pós-graduação lato sensu serão avaliados pelo(a) aluno(a) e pelo(a) professor(a), através de formulários próprios desenvolvidos e disponibilizados pela CPPG, que serão aplicados preferencialmente de forma *online* ao término de cada disciplina e ao término do curso, e será composto por um Formulário de Avaliação da Disciplina e Auto avaliação, preenchido pelos(as) alunos(as) ao término de cada disciplina; um Formulário de

avaliação Final do Curso, preenchido pelo(a) professor(a) ao término de cada disciplina por ele(a) ministrada; e um Formulário de Avaliação Final do Curso, preenchido pelos(as) alunos(as) ao término do curso. Ao término de cada disciplina aos alunos preencherão o formulário de avaliação da disciplina e auto avaliação onde serão observados, dentre outros, os seguintes critérios: a qualidade e atualidade dos recursos didáticos utilizados; o cumprimento dos objetivos do curso e da disciplina; a metodologia de trabalho empregada; o domínio do conteúdo pelo professor; a bibliografia; o sistema de avaliação; a assiduidade e pontualidade do docente; e a interação professor/aluno.

Por sua vez, a auto avaliação do aluno observará, dentre outros, aos seguintes critérios: pontualidade e assiduidade; empenho no estudo dos textos e atividade extraclasse propostos: participação nas atividades de grupo (classe e extraclasse); investimento pessoal na disciplina; percepção da relação entre teoria e prática; potencial de crescimento profissional.

No ato da entrega dos documentos relativos ao encerramento da disciplina, o(a) professor(a) entregará o Formulário de Avaliação Final do Curso, que contarão, dentre outros, com os seguintes critérios: objetivo/proposta do curso; equipe de apoio; infraestrutura (instalações e disponibilidade de recursos didáticos).

Após o ciclo de defesas dos TCC's, os(as) alunos(as) também deverão preencher este formulário, cujas respostas deverão ser registradas separadamente às dos(as) professores(as).

O resumo, preferencialmente gráfico, das respostas ofertadas em cada formulário de avaliação deverão integrar o Relatório de Desempenho Geral do Curso, preenchido pela CPPG e serão utilizadas para o aperfeiçoamento contínuo e permanente dos cursos de Especialização ofertados pela ESCOLAGOV-MS.

### **3.6 Público Alvo E Vagas**

O curso destina-se a agentes públicos que possuam nível superior e, que atuam ou tenham potencial para atuar como dirigentes na Administração Pública Estadual.

Serão ofertadas, no mínimo 1 (uma) turma com 25 (vinte e cinco) e no máximo 4 (quarto) turmas de 25 (vinte e cinco) estudantes, totalizando 100 (cem) vagas, distribuídas na sede da Fundação Escola de Governo – ESCOLAGOV-MS, localizada no município de Campo Grande.



### **3.7 Políticas De Ensino**

#### **3.7.1 Ensino de Graduação**

A preocupação com a qualidade acadêmica dos cursos de graduação da Fundação constitui um objetivo a ser mantido e permanentemente renovado de forma a reiterar os princípios filosóficos e teórico-metodológicos, promovendo a diversidade de áreas de conhecimento, de produção científica, tecnológica e social, que caracterizam a atuação da Fundação no ensino superior brasileiro.

A Fundação aspira responder à sua missão de contribuir para o conjunto do sistema educacional com uma produção acadêmica de qualidade; responder às exigências do mundo do trabalho, em constante transformação, que compreende a inserção profissional nos diversos campos de atuação; atender de forma ágil às demandas das tecnologias digitais de informação e comunicação; propiciar a formação competente de quadros para o ensino básico e superior, importantes agentes multiplicadores; saber articular o fenômeno da globalização e da internacionalização da cultura à defesa das peculiaridades culturais e linguísticas; contribuir para uma sociedade mais justa e equânime.

Desse modo, a política de graduação da Fundação ESCOLAGOV-MS visa um estabelecimento de princípios e diretrizes gerais para os cursos em todas as modalidades – bacharelado, licenciatura e superior de tecnologia –, constituindo a principal referência para novos cursos e para a reformulação dos cursos existentes, adequando-os às novas demandas sociais e educacionais, com vistas à busca pela excelência acadêmica e fortalecendo a imagem da Fundação no cenário da educação superior brasileira.

Os cursos de Graduação na Fundação orientam-se pelos princípios e diretrizes que seguem:

Indissociabilidade das dimensões do ensino, pesquisa e extensão, como assegurado pelo projeto pedagógico de cada curso, conforme definido pela Constituição Federal de 1988 (art. 207);

Formação com caráter humanista, expressando a responsabilidade e compromisso social com as demandas da sociedade em todas as suas dimensões e aliada à competência teórica, ética, técnica e perspectiva crítica frente à realidade social;

Consideração da dimensão formativa e informativa no processo de ensino e aprendizagem, a partir da compreensão do alunado nas suas inserções de classe social, de gênero e de religião, nas suas expressões de valores sociais, culturais e ideológicas e nas suas relações étnico-raciais;

Formação com caráter generalista, como condição para atuação crítica e competente em relação ao que é básico em cada área, considerando a sua diversidade. A formação generalista, sem perda do horizonte da especialização, deve garantir a competência acadêmica do estudante para colocar-se em relação às demandas atuais, com domínio dos fundamentos que sustentam as bases do conhecimento existente. Nesse sentido, deve ser crítica, densa e profunda; deve ser sólida, pautada no domínio dos métodos, processos e linguagens que articulam a produção do conhecimento de cada área, seus pressupostos epistemológicos, teóricos e metodológicos, em diálogo constante com os respectivos clássicos. Deve também garantir as dimensões de interdisciplinaridade, considerando as várias possibilidades de sistematização, expressão e divulgação, mantendo-se sempre a referência histórica de sua produção em suas dimensões cultural, social e ética;

Favorecimento de condições de acesso e permanência na Fundação de indivíduos oriundos do serviço público, incluindo pessoas portadoras de deficiências, sujeitos de diferentes experiências culturais e educacionais;

Apoio a convênios e parcerias que intensifiquem a participação da Fundação nas políticas públicas, especialmente, aquelas voltadas para a formação de professores;

Garantia, nos múltiplos espaços em que se desenvolvem as atividades acadêmicas, da convivência com a pluralidade das áreas de saber e de formação, com as diferenças sociais, intelectuais, culturais e étnico-raciais, com questões e temas relativos à cidadania, ética e cultura e com as diversas formas de concretizar o processo de produção, transmissão e socialização do conhecimento;

Elaboração do projeto pedagógico de cada curso em sintonia com o projeto educacional da Fundação, bem como com as diretrizes curriculares nacionais, considerando-se as vocações, as linhas de pesquisa e extensão de cada área, buscando garantir o que estabelece a LDB: articulação entre ensino, pesquisa e extensão, flexibilização dos currículos, interdisciplinaridade e avaliação/aprimoramento constantes;

Reconhecimento da atividade de estágio como dimensão indissociável do processo

de formação do estudante, assegurada pela supervisão acadêmica e profissional, pela articulação com a política de estágio da Fundação e ações no serviço público;

Desenvolvimento da autonomia dos estudantes, por meio de: propostas de curso em sintonia com as transformações tecnológicas e sociais, permitindo ao discente a eleição de programas de formação no próprio curso e em outros, que venham a complementar a formação ministrada no núcleo duro do curso; reconhecimento e acolhimento de experiências prévias; estímulo à criação coletiva e aos processos a ela inerentes. Caberá a cada curso, respeitadas as disposições legais pertinentes, determinar a carga horária, que poderá ser dedicada a essas experiências diversificadas e qual a natureza e o tipo de atividades que poderão ser incorporadas à formação acadêmica do estudante e creditadas em seu histórico escolar, propiciando trajetórias diferenciadas e diversificadas;

Desenvolvimento de ações interdisciplinares que pressupõem a parceria, o diálogo, a articulação, a troca de conhecimentos, o questionamento, a busca da interação. A ação interdisciplinar deve constituir-se, portanto, como uma reação à fragmentação do conhecimento. Implica a busca constante de superação da mera superposição de conhecimentos. Para tanto, é fundamental o estímulo a práticas de reciprocidade e de troca entre áreas diferentes de saber, tanto para a produção de novos conhecimentos, em uma perspectiva interdisciplinar, como para a análise e solução de problemas, de modo mais abrangente e multidimensional;

Graduação considerada como formação básica, que capacita o estudante para o diagnóstico e para a resolução de problemas frente aos desafios da ação profissional em suas respectivas áreas, preparando-o, simultaneamente, para a importância da formação continuada em um contexto de profundas e rápidas mudanças. Isso implica assumir uma postura frente ao mundo do conhecimento, cuja expansão, atualização e especialização são contínuas, o que revela, portanto, que a formação não se esgota na graduação. Essa consciência impõe novas fronteiras aos cursos de graduação e indica a necessidade da inserção do estudante no processo de educação continuada e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*;

Garantia da qualidade de sua formação graduada, por meio da oferta de condições adequadas, que permitam a atualização constante e aprimoramento técnico-pedagógico.

Considerando as diretrizes gerais, são propostos os seguintes objetivos para os cursos de Graduação:

Promover periodicamente a adequação dos cursos da graduação com vistas ao seu

aprimoramento e à proposição de cursos de excelência acadêmica, tendo como meta a avaliação pautada por critérios de excelência nacionais, e projetos pedagógicos atualizados e flexíveis, coerentes com as competências acadêmicas da Fundação e consistentes com as necessidades sociais contemporâneas e compatíveis com a proposta de uma educação superior diversa e socialmente comprometida;

Estabelecer metas de crescimento dos cursos de graduação, bem como políticas de manutenção e de sustentabilidade dos cursos existentes;

Estabelecer critérios de sustentabilidade para novos cursos, que deverão ser acompanhados de estudos de avaliação das demandas e necessidades do governo no âmbito da sociedade, com metas claras de desempenho de curto, médio e longo prazo, promovendo discussão sobre o futuro da Fundação com os docentes das várias áreas, para estabelecimento de planos de crescimento e qualificação;

Promover e incentivar programas de atualização/ampliação das experiências curriculares dos estudantes, por meio da oferta de disciplinas e atividades que lhes propiciem trajetórias acadêmicas diferenciadas;

Estimular a produção de conhecimento na Graduação a partir de uma política de desenvolvimento de pesquisa, como dimensão articulada ao ensino e fortalecendo a Iniciação Científica e demais atividades de investigação dos cursos, como, trabalhos de conclusão de curso, monografias, artigos e projetos;

Planejar e executar sistematicamente programas de atualização, ampliação e melhoria da infraestrutura para a vida acadêmica da Fundação, com previsão orçamentária e cronogramas de realização, incluindo: (a) a atualização das bibliotecas e programas de manutenção e ampliação de acervos; (b) programa de qualificação e atualização de infraestrutura de informática; (c) programa de atualização e manutenção dos laboratórios de ensino e pesquisa; (d) plano de incentivo à capacitação pedagógica dos docentes;

Planejar e executar a modernização de infraestrutura dos espaços físicos da Fundação, com a adequação, a atualização e a qualificação no prédio da ESCOLAGOV-MS, para: (a) garantir melhores condições de ensino e aprendizagem; (b) aprimorar e ampliar as condições de acessibilidade física aos espaços da ESCOLAGOV-MS; (c) ampliar e aprimorar instrumentos e equipamentos para o ensino; (d) ampliar e atualizar as bibliotecas às necessidades pedagógicas de ensino e de pesquisa.

### 3.7.2 Ensino de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Os Programas de Estudos Pós-Graduados da Fundação têm como objetivos centrais capacitar pessoal em nível de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional ou Doutorado para atuar na pesquisa e na docência no ensino superior; estimular e desenvolver atividades de pesquisa com finalidade didática, científica e tecnológica, tendo em vista a produção de conhecimentos, bem como sua ampliação e difusão.

Os Programas de Pós-Graduação devem manter articulação com a Graduação, especialmente por meio de políticas de pesquisa, de programas de iniciação científica e de extensão, bem como do desenvolvimento da carreira do magistério.

A pós-graduação *stricto sensu* foi pensada na Fundação em 2017, com uma visão estratégica da área de pós-graduação e considerando um planejamento eficaz, pode focalizar diferentes perspectivas por meio:

- a) De direcionamento epistemológico, que pressupõe a identificação dos focos de necessidade, a longo prazo, de pesquisa em âmbito nacional, os quais precisarão ser incentivados e implementados na Fundação;
- b) Da busca da qualidade e da quantidade de produção científica das áreas de pesquisa pela Fundação;
- c) Da qualificação de docentes para o ensino superior brasileiro e pela formação de pesquisadores para vários centros nacionais;
- d) Do desenvolvimento de pesquisa aplicada, objetivando a criação de bens e serviços à sociedade e ao governo;
- e) Da implantação de políticas de parcerias e convênios relativas a áreas de conhecimento que requeiram a ampliação do número de pesquisadores e o aporte de recursos financeiros pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul.

A Instituição defronta-se, hoje, com desafios importantes para manter a qualidade obtida, bem como para consolidar áreas de pesquisa nas quais ainda não atingiu a excelência almejada.

Deverá a Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul investir em áreas de conhecimento como a da Gestão, Cultura, Saúde, Segurança e a da Engenharia e a da Tecnologia, uma vez que ainda não se caracteriza como centro produtor de novos saberes nesses campos em âmbito de governo. Em razão da natureza de tais áreas de conhecimento, elas possibilitarão o desenvolvimento de pesquisas aplicadas, geradoras não só de novos conhecimentos e de produção de bens e serviços, mas também de parcerias com instituições que partilharão com a Fundação os recursos necessários para as investigações pretendidas.

A política da Pós-Graduação para o próximo triênio prevê investir na consolidação de Programas que atingiram o grau de qualidade pretendido, refletido nos resultados das Avaliações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ou seja, notas superiores a 4 (quatro). No caso das políticas de pós-graduação ainda não se aplica por estar em fase de credenciamento.

Para os conceitos de pós-graduação e/ou para a consolidação dos resultados positivos alcançados, haverá um esforço institucional de investimento em comissões compostas por consultores externos, que possuem ampla experiência em avaliações da CAPES, as quais terão por objetivo produzir um diagnóstico inicial dos pontos positivos e das fragilidades dos pesquisadores, docentes e Programas, o qual oferecerá subsídios para a elaboração de planos de metas a serem alcançadas em um período de tempo definido pelos Programas de Pós-Graduação com vistas às avaliações seguintes.

### **3.7.3 Ensino de Pós-Graduação *Lato Sensu***

Na oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, a Fundação tem por finalidade oferecer estudos de aprofundamento em determinado campo de conhecimento científico ou artístico, técnico ou tecnológico, a candidatos graduados em ensino superior, com vistas ao aprimoramento de sua atuação profissional.

### **3.7.4 Formação Continuada**

A formação continuada na ESCOLAGOV-MS é realizada por meio de projetos

desenvolvidos pelas diretorias, em consonância com as políticas institucionais definidas pelo do Conselho Administrativo da Fundação Escola de Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo o acompanhamento da Presidência e Coordenação do Curso de Pós-Graduação. As atividades são viabilizadas pela Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação da ESCOLAGOV-MS, órgão suplementar de suporte técnico e administrativo para a realização dos cursos de especialização, aperfeiçoamento, aprimoramento e extensão.

Nessa dimensão, a Fundação busca responder com dinamismo e criatividade às demandas da sociedade por ampliação, aprofundamento e atualização nas diversas áreas profissionais, ao mesmo tempo em que permite e alimenta o desenvolvimento de pesquisas e sua aplicação imediata em diversos campos do saber, estabelecendo, assim, um canal de realimentação recíproca entre a sociedade, governo e a Fundação.

Tendo em vista ampliar a presença de profissionais egressos de suas formações e buscando atingir um público cada vez mais amplo e diversificado, a Fundação vem firmando vários tipos de acordos, parcerias, convênios e permutas com a iniciativa pública, além de convênios de cooperação com instituições de ensino, com vistas às atividades da Educação Continuada.

A política da Pós-Graduação para o próximo triênio prevê investir na consolidação de Programas que atingiram o grau de qualidade pretendido, refletido nos resultados das Avaliações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ou seja, notas superiores a 4 (quatro). No caso das políticas de pós-graduação ainda não se aplica por estar em fase de credenciamento.

Para os conceitos de pós-graduação e/ou para a consolidação dos resultados positivos alcançados, haverá um esforço institucional de investimento em comissões compostas por consultores externos, que possuem ampla experiência em avaliações da CAPES, as quais terão por objetivo produzir um diagnóstico inicial dos pontos positivos e das fragilidades dos pesquisadores, docentes e Programas, o qual oferecerá subsídios para a elaboração de planos de metas a serem alcançadas em um período de tempo definido pelos Programas de Pós-Graduação com vistas às avaliações seguintes.

### 3.7.5 Educação a Distância

O grande avanço tecnológico produzido nos últimos anos, especificamente nas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, vem promovendo uma necessidade de reconfiguração do ensino em duas direções, sendo a primeira mais voltada a propiciar uma formação condizente com as necessidades da sociedade contemporânea, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania e a segunda destinada à exploração das possibilidades pedagógicas geradas pelo uso competente dessas tecnologias na educação.

Desde que bem explorados, os recursos tecnológicos propiciam uma grande variedade de representações, analogias, simulações, enfim, de usos pedagógicos que contribuem para tornar o conteúdo mais acessível aos aprendizes. Potencialmente, favorecem o engajamento dos agentes envolvidos no processo, bem como a construção de autonomia, o que equivale dizer que, se bem desenvolvida e implementada, a modalidade favorece a realização de uma educação de qualidade. Ademais, oferece potencial para ampliar o acesso à educação, uma vez que contribui para preencher lacunas de oferta de educação de qualidade, inclusive em regiões do país ainda carentes nesse quesito.

É nesse contexto que se situa a ampliação de cursos na modalidade a distância, parte integrante da política educacional da Fundação que vislumbra, na Educação a Distância (EaD), uma grande possibilidade de aliar o compromisso político e ético – marca histórica dessa Instituição - a excelência pedagógica. Nesse sentido, mantém suas exigências de qualidade, tanto no campo dos procedimentos acadêmicos e administrativos, quanto nos critérios de avaliação dos conhecimentos produzidos, em todas as suas formas de apresentação, sem deixar de explorar potencialidades características das diversas modalidades (presencial, semipresencial e a distância – ou *online*).

A experiência institucional na modalidade a distância vem sendo construída desde a década de 2000, na Educação Continuada, em cursos de extensão. De 2013 até a data atual a Fundação realiza cursos de formação continuada e de qualificação profissional em EaD voltado para a formação de servidores da rede pública das mais variadas esferas e funções no governo, para o uso de tecnologia no contexto do setor público.

A instituição oferece, desde 2013, ao seu corpo docente, técnico-administrativo e discente uma formação permanente – o Programa de Qualificação em EaD através da



plataforma *Moodle* – formação necessária em razão das rápidas transformações por que passa a tecnologia, condição que exige aprimoramento constante de todos os usuários, especialmente dos professores, que enfrentam o desafio de saber lidar com a tecnologia e, ainda, de criar novas metodologias adequadas à Educação a Distância, tendo por objetivo a construção de conhecimentos.

Como se pode depreender, os cursos a distância, longe de serem concebidos pela mera transposição da modalidade presencial, primam pela potencialização dos recursos tecnológicos disponíveis, em suas convergências possíveis.

Do ponto de vista pedagógico, a Fundação valoriza o equilíbrio das equipes pedagógicas, que contam com professores-autores, professores *online* e presenciais, além de equipe de apoio técnico, composta por profissionais responsáveis pela produção e disponibilização do material nos ambientes virtuais de aprendizagem.

De forma comprometida com sua missão institucional, normatizações e regulações internas e externas, por meio da Educação a Distância, objetiva-se:

- a) fomentar o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à EaD e ao uso de recursos tecnológicos na educação;
- b) ampliar o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação nos processos de ensino e aprendizagem;
- c) estimular a criação e implementação de metodologias adequadas à EaD, tendo por objetivo a construção significativa de conhecimentos;
- d) ultrapassar os limites geográficos e temporais e levar educação superior de qualidade para uma parcela de servidores públicos estadual carente de qualificação profissional;

Para tanto, propõem-se as metas a seguir:

- a) desenvolvimento de programas de educação continuada permanente para docentes, equipe técnica e suporte administrativo;
- b) ampliação de equipes multidisciplinares responsáveis pela proposição de cursos e atividades nas modalidades a distância e presencial com uso de recursos tecnológicos digitais;
- c) produção de material instrucional específico para as modalidades;

- d) garantia de infraestrutura de apoio necessária ao desenvolvimento dos cursos e atividades;
- e) adequação do modelo de gestão acadêmico-administrativa à modalidade;
- f) avaliação periódica dos cursos e atividades, com vistas ao seu constante aprimoramento.

A Fundação possui uma Diretoria de Extensão com um núcleo de Educação a Distância, órgão de natureza transversal, responsável pela gestão de projetos e de atividades acadêmicas na área de educação a distância, servindo ao conjunto da Fundação, interna e externamente, em assuntos de sua atuação. A gestão, administração e implementação da educação a distância na ESCOLAGOV-MS constituem-se em suas principais atribuições. Mantém interface com a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e a Coordenadoria de Pós-Graduação, estando subordinada a Presidência.

As políticas de EaD, aprovadas pelo conselho administrativo, fundamentam-se nos princípios filosóficos e teórico-metodológicos previstos neste documento, em consonância com as especificidades dessa modalidade de ensino, a seguir apresentados:

- a) atendimento às demandas de formação continuada à comunidade por meios dos servidores públicos estadual, segundo os mesmos princípios que norteiam as demais atividades acadêmicas;
- b) valorização das atividades de EaD e de atividades de aprendizagem mediadas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na difusão do conhecimento produzido por essas atividades pela ESCOLAGOV-MS;
- c) articulação e integração da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação com a Gerência de Extensão, visando à assessoria para proposição, acompanhamento e avaliação dos cursos;
- d) formação continuada de recursos humanos da Fundação (docentes, gestores e servidores);
- e) organização de sistemas operacionais em consonância com a presente proposta acadêmica, do planejamento estratégico e do orçamento a ser delimitado, buscando articulação e integração com a Gerência Administrativa e Financeira;
- f) captação de projetos na área visando a contribuir com o aumento da receita

da Fundação;

g) incentivo às atividades de pesquisa na área de EaD e uso de tecnologias integradas às atividades da docência;

h) monitoramento contínuo das ações empreendidas e compartilhamento dos dados com a comunidade interna e externa.

O ambiente virtual de aprendizagem usado pela Fundação é o ambiente *Moodle*, configurado para garantir a oferta da educação a distância. Nesse ambiente, o estudante tem acesso a todas as ferramentas necessárias para estudar, interagir com os colegas, professores *online*, realizar as atividades indicadas, fórum, tirar as dúvidas, etc.

Nos cursos à distância, em razão de suas características, é fundamental a presença de uma equipe multidisciplinar responsável por gerenciar a elaboração dos projetos, a concepção de materiais didáticos, a implementação dos cursos e seu acompanhamento.

A Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul incrementou sua oferta em Educação a Distância para atender dentro do mapa estratégico, a gestão por competência e o desenvolvimento do servidor no estado de Mato Grosso do Sul, haja vista a necessidade que houve da reformulação do banco de servidores em atendimento para esta modalidade, devido o levantamento das trilhas do conhecimento através do Plano de Gestão de Desempenho Individual (PGDI). As ações em EaD vem de encontro com novo modelo de plano estratégico na trilha de desempenho do servidor.

A Fundação Escola de Governo de MS é parceira da Escola Nacional de Administração pública - ENAP desde 2006, no projeto de descentralização dos cursos presenciais dessa Escola, por intermédio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica, viabilizando, com menor custo, o acesso dos servidores públicos de Mato Grosso do Sul, aos cursos da ENAP, porém só foi a partir de 2010, que essa parceria se estendeu aos cursos de Ensino a Distância (EaD), com o curso Atendimento ao Cidadão.

Em 16 de outubro de 2012 foi firmado acordo de cooperação técnica entre a ESCOLAGOV/MS e a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) visando a transferência de conhecimento técnico no intercâmbio de boas práticas e na capacitação de servidores em ambientes virtual, com o curso Orçamento Público.

Os cursos em parceria com ENAP são sem tutoria, e acontecem no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da ESCOLAGOV as definições do calendário e do número de alunos são de autonomia desta escola. Já o curso em parceria com SOF acontece Ambiente

Virtual de Aprendizagem próprio e a tanto o calendário como o número de alunos são decididos pelo parceiro.

Desde então foram cedidos pela ENAP os seguintes cursos:

- a) Atendimento ao Cidadão;
- b) Ética e Serviço público;
- c) Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira;
- d) Legislação Aplicada à Logística de Suprimentos Lei 8.666/93, pregão e registros de preços.

O acordo de cessão dos cursos virtuais na plataforma da ESCOLAGOV vigorou até dezembro de 2017.

A partir de 2018, a ENAP contará com um novo ambiente virtual e a ESCOLAGOV/MS deixará de oferecer os cursos da ENAP em sua própria plataforma virtual, mas todos os servidores públicos estaduais continuarão a ter acesso a todos os cursos oferecidos pela Instituição Parceira.

Em 2016, a ESCOLAGOV iniciou a produção de dois cursos na modalidade a distância (EaD), que são:

- a) e-Doc – Comunicação Eletrônica do Governo do Estado de MS
- b) Introdução a Gestão por Competências – PGDI (Plano de Gestão do Desempenho Individual)

Nossa meta em 2017 foi a de produzir 10 (dez) novos cursos, afim de consolidar o gerencialismo, sistema governamental que está sendo implantado no governo desde 2014.

Para que pudéssemos cumprir com nossos contratos de gestão e interno, foram repaginados os dois primeiros cursos e já foram produzidos os cursos de:

Elaboração e Gerenciamento de Projetos (todos os servidores)

Defesa Pessoal (para que atendêssemos o Ministério Público Estadual no que tange a capacitação dos agentes de segurança patrimonial)

BPA – Boas Práticas Agropecuárias (SEMAGRO – a princípio este curso foi idealizado para atender a capacitação dos auditores do programa Novilho de Corte, porém, percebemos que poderia tornar-se um curso muito mais elaborado devido a riqueza de conteúdo e dos participantes envolvidos.

PGDI – Acompanhamento

ADI- Avaliação de Desempenho Individual

Primeiros Socorros (para que atendêssemos o Ministério Público Estadual no que tange a capacitação dos agentes de segurança patrimonial)

Cursos em EaD em planejamento, para que atendamos todos os servidores do Estado:

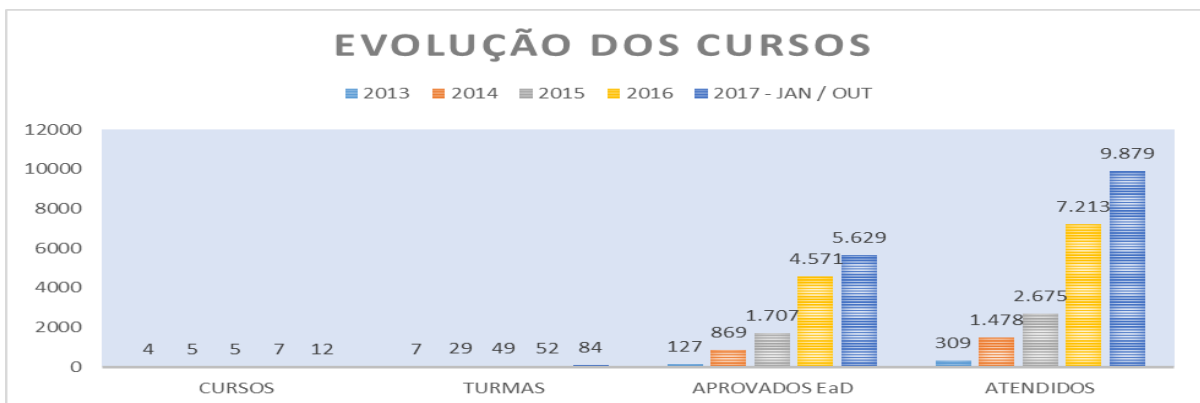
- a) Gerenciamento de Processos (com introdução ao MASP - Metodologia de Análise e Solução de Problemas);
- b) Elaboração de Indicadores (com fundamentos de BSC);
- c) Liderança e Gestão de Pessoas;
- d) Informática Básica (– ênfase em *word* e *excel*);
- e) Execução Orçamentária e Financeira;
- f) Contabilidade Pública;

Também se fazem necessários, cursos como: Oratória, Organização de Eventos Públicos e Cerimonial, Português Instrumental, etc.

E pela SOF, até 2016, o curso: Orçamento Público.

Abaixo informamos a evolução do oferecimento de cursos e quantitativo de servidores contemplados nos cursos em EaD, desde 2013.

ESCOLAGOV - EVOLUÇÃO DOS CURSOS											
ANO	2013	2014	COMPARATIVO % 2013/2014	2015	COMPARATIVO % 2014/2015	2016	COMPARATIVO % 2015/2016	2017 – JAN / OUT		COMPARATIVO % 2016/2017	GERAL
CURSOS	4	5	25	5	0	7	40	12		71	33
TURMAS	7	29	314	49	69	52	6	84		62	221
<b>APROVADOS EaD</b>	<b>127</b>	<b>869</b>	<b>584</b>	<b>1.707</b>	<b>96</b>	<b>4.571</b>	<b>168</b>	<b>5.629</b>		<b>23</b>	<b>12.903</b>
<b>ATENDIDOS</b>	<b>309</b>	<b>1.478</b>	<b>378</b>	<b>2.675</b>	<b>81</b>	<b>7.213</b>	<b>170</b>	<b>9.879</b>		<b>37</b>	<b>21.554</b>



A ESCOLAGOV-MS vem consolidando sua atuação na educação a distância, desde o seu processo seletivo 01/2006 e no Decreto n. 12.248/2017 para essa modalidade. Atualmente, conta com um polo de apoio presencial e estuda a ampliação desse polo.

### **3.8 Políticas De Pesquisa**

A Fundação tem clareza da necessidade de investimento no fomento à pesquisa, aspecto fundamental para a construção de uma educação superior de qualidade, que contribua para o desenvolvimento social e para a solução de problemas relevantes para o estado de Mato Grosso do Sul. Tem também clareza de que a pesquisa realizada na Fundação contribui para o reconhecimento de sua qualidade pela sociedade, pelas agências de fomento e pelas agências reguladoras brasileiras.

A Fundação busca a excelência acadêmica com sustentabilidade, o que significa: (a) oferecer ampla área de formação aos estudantes de graduação e pós-graduação; (b) aprimorar as avaliações externas de seus cursos de graduação e pós-graduação; (c) promover, ampliar e qualificar sua produção acadêmica. Como a produção acadêmica da Fundação é reflexo da pesquisa que realiza, um plano de incentivo à pesquisa é de fundamental importância para assegurar os índices almejados.

Esse plano de incentivo à pesquisa deve caracterizar-se, na Fundação, (a) pela diversidade nas formas de apoio; (b) pelo atendimento do maior número possível de demandantes e (c) pelo apoio a projetos que podem demonstrar sua qualidade e que preveem resultados na forma de divulgação de trabalhos qualificados, de desenvolvimento tecnológico, de ampliação de redes de pesquisa, de indicadores de internacionalização da Fundação, de qualificação do corpo docente, entre outros aspectos.

Partindo desses princípios, o Plano de Incentivo à Pesquisa da Fundação tem os seguintes objetivos:

Qualificar a pesquisa na Fundação, atendendo a exigências de excelência, tal como estabelecidas e praticadas nas várias áreas de conhecimento em que o governo do estado se insere;

Incrementar e qualificar a publicação de resultados de pesquisa por parte de professores e estudantes, promovendo a publicização da pesquisa na Fundação,

especialmente em veículos científicos reconhecidos nacional e internacionalmente;

Promover o aumento quantitativo e, em especial, qualitativo dos indicadores de pesquisa da Fundação;

Maximizar a captação de recursos externos para pesquisa, incentivando a qualificação do corpo docente para concorrer em editais públicos e de agências de fomento à pesquisa;

Promover procedimentos, fluxos e processos públicos e eficientes para a distribuição de recursos para o incentivo e fomento à pesquisa na Fundação;

Promover procedimentos, fluxos e processos para o acompanhamento, registro e controle do correto/adequado emprego de recursos para o incentivo e fomento à pesquisa na Fundação.

O Plano de Incentivo à Pesquisa da Fundação Escola de Governo é composto pelas modalidades de apoio à pesquisa, a seguir enumeradas:

*Publicação de periódicos:* a manutenção, pela Fundação, de veículos qualificados e academicamente reconhecidos para publicação de artigos é altamente desejável. Por meio dessa modalidade, serão oferecidos apoios a publicações eletrônicas, vinculadas à Fundação;

*Congressos Nacionais:* modalidade que consiste no apoio à participação de docentes em congressos, realizados no país, patrocinados por entidades científicas/acadêmicas reconhecidas na área de conhecimento do evento;

*Reserva Técnica:* tipo proposto para incentivar e apoiar as iniciativas bem-sucedidas de captação de recursos para a pesquisa, que representam uma avaliação externa e qualificada positiva, além de trazerem recursos para a Fundação;

*Publicação de artigos:* um dos objetivos da ESCOLAGOV-MS é promover e aumentar a quantidade e especialmente a qualidade das publicações dos docentes e estudantes em periódicos científicos qualificados. É para atender esse objetivo que essa modalidade é proposta.

### **3.9 Políticas De Extensão**

Embora não haja consenso sobre o conceito de extensão universitária no Brasil, e uma Proposta de Política Nacional de Extensão ainda tramite no MEC, com intenção de regulamentar tal matéria da Constituição da República, atualmente os conceitos de extensão, na universidade brasileira, tendem a definições relativamente amplas. Admitindo o caráter multivariado das atividades extensionistas e o princípio constitucional de

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, evidencia-se que a extensão deve articular o ensino e a pesquisa para estabelecer relações com outros setores da sociedade.

Assumir esse tipo de intenção na extensão significa, igualmente e por razões óbvias, acolher sua condição multivariada e em estreita sintonia com as problemáticas sociais, o que vai ao encontro de tradições e da Fundação Escola de Governo. Significa dizer que a política de extensão universitária precisa contemplar arranjos de trabalho e de ação capazes de acolher diferenças e de colocá-las em relação, a partir daquilo que é produzido no ensino e na pesquisa da Fundação.

A política de extensão prioriza, justamente, a busca por arranjos colaborativos e processos de trabalho que favoreçam o diálogo, a sinergia e o apoio mútuo entre ações, projetos, objetivando colaborar na renovação da cultura, bem como potencializar resultados acadêmicos e sociais, otimizando o uso dos recursos de que a Fundação dispõe.

A Extensão de Unidade na ESCOLAGOV-MS tem por objetivos:

Promover interação concreta e produtiva entre o ensino e a pesquisa da Fundação com o governo e a sociedade, por meio da realização de trabalho colaborativo de via dupla: do governo em direção à sociedade (produção de conhecimento; educação continuada; assistência social; projetos e parcerias com os setores público e/ou privado; e outros serviços cabíveis) e, reciprocamente, da sociedade para o governo em nome da Fundação (acolhimento e reflexão acerca dos saberes e experiências da sociedade civil; participação e aprendizagem junto às políticas públicas e às manifestações culturais; atendimento a demandas sociais que lhe forem pertinentes);

Contribuir na qualificação da formação acadêmica e profissional dos estudantes, por meio da relação com as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade;

Colaborar, no âmbito das competências do governo, com o equacionamento e a solução de problemas concretos em nível local, regional e/ou nacional;

Contribuir, por meio das ofertas cabíveis, com a sustentabilidade acadêmica e econômico-financeira da Fundação Escola de Governo.



### 3.10 Políticas De Gestão

As políticas de gestão desenvolvidas, acompanhadas e ajustadas pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, em consonância com a Presidência e as diretrizes definidas pela Mantenedora, buscam desenvolver trabalho voltado ao fornecimento de dados e instrumentos decisórios, infraestrutura física adequada e atualizada, pessoal capacitado que possam propiciar suporte necessário para que a Presidência tenha êxito no cumprimento de seu plano de desenvolvimento institucional definido neste documento.

Outro ponto necessário para a condução da política de gestão é vital a adequação de uma política financeira que viabilize as políticas acadêmicas, em suas três macros atuações (a Graduação, a Pós-Graduação e a Educação Continuada), bem como as políticas de cultura e relações comunitárias, para que essas áreas consigam praticar as ações associadas a seus planejamentos.

Assim, torna-se fundamental dispor de dados e informações acumulados que servirão de base para uma visão dos pontos críticos que merecem ações pontuais para o contínuo crescimento da Instituição de forma sustentável. Pela intensidade com que os fatos ocorrem na Fundação, percebe-se como ela é complexa e muitas vezes imprevisível em diversos aspectos. A dinâmica da Fundação gera, pois, um desafio contínuo para a busca de soluções adequadas frente ao quadro que se apresenta no cotidiano.

Dessa forma, consciente da necessidade de uma política de gestão sustentável, são definidos os seguintes objetivos:

#### *Diferenciação pela qualidade*

- a) Colocar em prática métricas de avaliação da qualidade;
- b) Incentivar projetos de inovação tecnológica de produção técnica e de conhecimento no setor público.

#### *Aprimoramento da gestão acadêmica e administrativa*

- a) Criar frequência de fluxos internos de dados e informações necessários para plena gestão da Instituição;
- b) Criar e readequar parte dos fluxos de documentos para melhor acompanhamento dos processos e trâmites decisórios;

- c) Buscar transparência nas ações e na gestão da peça orçamentária;
- d) Buscar maior integração entre mantenedor e mantida, gerando uma gestão dinâmica e adaptada aos desafios que se apresentam cotidianamente para a Presidência;
- e) Criar alternativas para a busca de verbas externas gerando maior fluidez de recursos na Fundação;

#### *Fortalecimento da Imagem institucional*

- a) Canalizar esforços no desenvolvimento da construção de uma imagem institucional sempre dinâmica e atual, refletindo para a sociedade o momento de transformação que acontece no governo por meio da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul;
- b) Desenvolver ações de identidade visual para torná-la mais arejada e atual, propiciando condições mínimas para o bom desempenho acadêmico.

### **3.11 Políticas De Avaliação Institucional**

O processo de avaliação institucional, de caráter permanente, terá por objetivo a busca constante da melhoria da qualidade dos serviços prestados pela instituição, buscando atingir critérios elevados de desempenho. Por meio dessa avaliação, será possível identificar estratégias, instrumentos e ações institucionais necessários à formulação de novas políticas de ensino, pesquisa, extensão, assuntos estudantis e de gestão, fornecendo subsídios para auxiliar na tomada de decisões estratégicas e na divulgação de resultados e prestação de contas à sociedade.

Atualmente, a ESCOLAGOV-MS conta com instrumentos de avaliação de seus diversos cursos de Formação Continuada já ministrados, tanto presenciais quanto EaD, ao passo que a pós-graduação, que se encontra em fase de implementação, a se utilizará de instrumentos próprios de avaliação visando não só a análise do êxito alcançado pelas suas ofertas, como também servirá de instrumentos indispensáveis à análise de eventuais reofertas.

Por sua vez, a criação de Comissão Própria de avaliação (CPA), prevista para o ano de 2019 e que terá por finalidade fixar e desenvolver a política de avaliação que orienta suas atividades junto à comunidade, coordenará e articulará os processos internos da avaliação,

de acordo com a proposta elaborada.

### **3.12 Formas De Participação Da Comunidade Discente, Técnica, Administrativa E Docente.**

O desencadeamento de todo processo de autoavaliação contará com uma etapa de sensibilização e que buscará o envolvimento da comunidade discente, técnica, administrativa e docente na construção da proposta avaliativa, seja por meio de realização de reuniões, palestras, seminários, etc.

A participação destes atores, por sua vez, não será limitada ao desencadeamento do processo, mas durante toda sua execução.

Neste sentido, a CPA contará, na sua composição, com a participação de representantes de todos estes segmentos, bem como da sociedade civil organizada.

### **3.13 Formas De Utilização Dos Resultados Das Avaliações**

Após cada ciclo de avaliações, conduzido pela CPA, será emitido um relatório que expressará o resultado do processo de discussão, da análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de autoavaliação e cujo documento terá por finalidade, dentre outras, fundamentar o processo de gestão, indicando e preparando eventuais adaptações e revisões de ações, que servirão para corrigir as fragilidades da instituição e, fortalecer e consolidar suas potencialidades.

A divulgação do resultado do processo de avaliação interna, oportunizará a apresentação pública e fomentará a discussão dos resultados alcançados. Neste contexto, serão utilizados diversos meios (reuniões, documentos informativos impressos e/ou eletrônicos, seminários, etc.).

Referido relatório apresentará sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas pela instituição que, passando pelo crivo reflexivo dos diversos envolvidos, proporcionará a fixação de estratégias voltadas à superação das dificuldades apresentadas demonstrando, igualmente, os êxitos obtidos, permitindo, dessa forma, o planejamento de ações futuras.

## **4. RESPONSABILIDADE SOCIAL**

A responsabilidade social constitui um dos eixos norteadores e incorporadores das ações da Fundação no ensino, na pesquisa e na extensão. Institucionalmente, a ESCOLAGOV-MS tem o seu reconhecimento de utilidade pública pelas esferas federal, estadual e municipal. O compromisso social perpassa todos os projetos institucionais e cada projeto pedagógico de curso. As políticas de ensino de graduação e pós-graduação, as de pesquisa, as de educação continuada, as de cultura e relações comunitárias e as de gestão orientam as inserções dos compromissos institucionais.

A Fundação opera nas esferas da inclusão social, do desenvolvimento econômico social, de saúde e meio ambiente, de preservação da memória e do patrimônio cultural e as ações governamentais.

O conjunto dessas ações de Responsabilidade Social revela a preocupação institucional e o empenho da Fundação para a criação de espaços de participação e reflexão, envolvendo a sociedade e o governo no enfrentamento de desafios colocados pela realidade social, por meio do trabalho desenvolvido por professores, funcionários e estudantes. As ações propostas pela ESCOLAGOV-MS revelam a efetivação do diálogo que se estabelece entre ela e a sociedade, estimulando a construção de um conhecimento coletivo e transformador.

A responsabilidade social da ESCOLAGOV-MS ocorre também por meio das atividades de serviços, desenvolvidas por diretorias, coordenadorias e divisões que se constituem como espaços de diálogo e de parceria com a sociedade civil e órgãos públicos do governo do estado de Mato Grosso do Sul para o enfrentamento de diversas demandas nas áreas da gestão, saúde, educação, assistência social, segurança, desenvolvimento, meio ambiente, agricultura/pecuária e o agronegócio e da cultura dentre demais áreas que o governo atua.

## **5. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

### **5.1 Desenvolvimento Da Instituição E Dos Cursos**

A expansão da Fundação é uma opção acadêmica, política e administrativa que visa

responder aos desafios de sustentabilidade, de redimensionamento do espaço, de crescimento, acadêmico e pedagógico, da unidade e do conjunto que compõem suas áreas, seus serviços e cursos.

Uma política de expansão se impõe para que se evitem improvisações que, mesmo dando respostas às demandas imediatas, terminam por inchar e onerar a Fundação. Um projeto de política de expansão poderá ser traçado com base em uma discussão em torno de direções definidas, princípios norteadores e dimensões afirmadas.

Essas três direções implicam a construção de projetos específicos para a Fundação, dos quais decorrerão a configuração de naturezas diferenciadas, a serem estruturados conforme políticas previamente desenhadas.

Compreende-se, nesse processo, a possibilidade de realocação da unidade da ESCOLAGOV-MS, visando à liberação e à otimização de seus espaços e de sua utilização. Nesse sentido, a Fundação tem buscado novos espaços para a oferta de seus cursos, que se consolidam desde a implantação da unidade de ensino em atendimento aos cursos da ESCOLAGOV-MS.

Estuda-se, agora, a possibilidade de oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* em outros locais. Os cursos de especialização, bem como os de extensão, oferecidos por meio da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, ocorrem nas instalações da sede da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul, localizado no Parque dos Poderes Bl II, se necessário fara parceria com o Centro de Formação Professora Doutora Mariluce Bittar – Centro de Formação da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, localizado no Residencial Arnaldo Estevam de Figueiredo, com vistas a oferecer cursos em regiões ainda não totalmente abrangidas pela Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul, ambas localizadas na capital do estado.

O aumento de turmas e cursos – seja pela resposta às demandas atuais, seja pela coerência com o desenvolvimento das áreas de saber – tem na expansão uma possibilidade de real efetivação. Uma ampliação dessa natureza pressupõe estudo teórico e mercadológico sobre a pertinência e a conveniência, bem como possibilita uma atualização da Fundação nas suas ofertas de ensino, pesquisa e extensão.

Cumprido em um processo de expansão, em todos os seus níveis, a necessidade de se proceder a uma revisão crítica e criativa das ofertas da Instituição em suas partes e em seu

todo. Diante disso, um projeto acadêmico torna-se pressuposto obrigatório, exigindo estudos sobre as áreas de conhecimentos constitutivas da atual configuração da Fundação, bem como proposições decorrentes de estudos sobre os conhecimentos de ponta que recriam permanentemente os clássicos territórios epistemológicos e as próprias áreas profissionais.

A expansão é, pois, um processo integrado que envolve diferentes dimensões: *acadêmica*, da qual decorre objetivos, metas e ações específicas; *financeira*, pois dela depende a sobrevivência da Instituição. Ambas necessitam de uma política que reafirme a excelência da Fundação, em busca de um horizonte mais amplo que direcione suas atividades, para suas finalidades universais e para as necessidades regionais e nacionais.

Busca-se, para o triênio, a expansão em termos de Educação Continuada. Em nível de graduação e pós-graduação, a Fundação se mantém atenta a propostas inovadoras que venham ao encontro de expectativas da sociedade e do serviço público estadual.

## **6. COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE**

A comunicação institucional objetiva difundir informações de interesse público sobre a filosofia, políticas e práticas da Instituição, enfatizando sua missão, seus valores e objetivos, colaborando, assim, com a construção da imagem e da identidade da Fundação. É empreendida pela gestão da Presidência e se dirige tanto à comunidade interna como à externa.

A Fundação, na comunicação que realiza, pauta-se pela exigência de manter canais e fluxos de comunicação, bem como de favorecer a socialização de informações. Para isso, valoriza a comunicação orientada pela efetividade, credibilidade e dialogicidade, numa perspectiva participativa. A efetividade caracteriza-se pela existência de recursos e canais de comunicação diversificados, com práticas sistematizadas e conhecimento do público. A credibilidade compreende os recursos e as estratégias comunicacionais utilizadas para garantir o fluxo de comunicação de forma atualizada, precisa e consistente, possibilitando a construção de uma relação de confiança na informação. A dialogicidade supõe o estabelecimento de vínculo comunicativo dialógico entre instâncias e membros do setor

público, convivendo com diferentes possibilidades interpretativas.

No que se refere à imagem pública da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul nos meios de comunicação social, o que se objetiva é reforçar a visibilidade de sua imagem como instituição de excelência acadêmica e de qualificação profissional, ampliando e legitimando sua imagem ante a sociedade e sua comunicação interna, com a divulgação de eventos, ações, produções acadêmicas e formação continuada.

Opera com instrumentos de comunicação interna e externa diversificados, utilizando diferentes mídias para projetar uma imagem institucional consistente.

A Fundação tem efetivado a comunicação institucional por meio de recursos específicos, conforme está sintetizado a seguir: *Acontece na Fundação ESCOLAGOV-MS* (boletins eletrônicos *on-line*); *Fundação ESCOLAGOV-MS em Notícias* (jornal mensal das ações); *Site* da Fundação ESCOLAGOV-MS, da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização – SAD-MS e do Governo do Estado, mídias sociais (facebook e whatsapp).

Ainda nesse âmbito, há na Fundação outros órgãos específicos, bem como *espaços coletivos como instâncias de comunicação*: 104.7 FM Educativa, Rádio do Servidor “Alô Servidor”, e Espaços Coletivos, Portal do Servidor.

Soma-se aos demais setores já citados a Assessoria de Comunicação (ASSECOM) e a Ouvidoria Pública da Fundação, no seu papel de escuta das demandas provindas dos membros da comunidade interna e externa.

### **6.1 Assessoria De Comunicação –Assecom**

A Assessoria de Comunicação (ASSECOM) é responsável pela comunicação interna e externa da Fundação e pela preparação de gestores para relacionamento com a mídia. Dela fazem parte uma jornalista, um relações públicas e um publicitário.

Atende, diariamente, a imprensa de todo o país, indicando professores e pesquisadores para repercutirem fatos de relevância política, social e econômica por meio de entrevistas.

Também é responsável pela produção e gerenciamento do conteúdo jornalístico

divulgado no *site* da Fundação, produção da informação mensal *ESCOLAGOV-MS em Notícias* e do boletim eletrônico *Acontece na Fundação ESCOLAGOV-MS*, encaminhado a estudantes, professores e funcionários. A Assessoria de Comunicação também é responsável pelo gerenciamento e produção de conteúdo diário para as redes sociais da Fundação nos *sites*, mídias sociais, contas de Facebook, Twitter e Instagram, alcançando mais de 7 mil seguidores.

A atuação da Assessoria de Comunicação Institucional é assegurada por meio das seguintes ações:

### **Comunicação Corporativa**

- a) Identificação das tendências de cada ano no ambiente digital e *off-line* que possam dar visibilidade à Fundação;
- b) Aprimoramento constante dos veículos de comunicação em *Notícias* e
- c) *Acontece na Fundação ESCOLAGOV-MS*;
- d) Trabalho para a completa reformulação dessas ferramentas de comunicação, no mesmo período, em alinhamento com a Presidência para divulgação constante;
- e) Análise para futura distribuição da pauta a veículos de imprensa preventivamente com informações e projetos relevantes da Fundação;
- f) Redefinição das “Oficinas Temáticas” oferecidas gratuitamente a jornalistas;
- g) Trabalho para a criação de um novo formato de workshop que vise a incluir educadores da Fundação;
- h) Reforço dos convênios com a Rádio 104.7 FM Educativa e demais parceiros da Fundação, visando estreitar os laços em prol da comunicação;
- i) Análise das ações de mídia e elaboração de diagnósticos mensais da imagem corporativa da Fundação junto à mídia, apresentados posteriormente à Presidência;
- j) Atuação no cerimonial em eventos da Fundação.

### **Mídias sociais**

- a) Identificação das tendências em mídias sociais que possam indicar uma migração da Fundação para essas redes;
- b) Ampliação do número de seguidores nas redes atuais da Fundação – hoje Facebook, Twitter e Instagram, grupos de whatsapp;



- c) Capacitação, através de oficinas de imersão e palestras, dos colaboradores da ASSECOM para melhor lidar com o ambiente digital da Fundação;
- d) Alimentação e acompanhamento dos meios de comunicação desta Fundação para ampliar sua inserção junto ao público de interesse (servidores públicos estadual e sociedade);

### **Qualificação**

- a) Estreitamento do laço com gestores das demais unidades e gerências, visando à excelência na divulgação de informações sobre ações e cursos;
- b) Continuidade da qualificação da equipe de jornalistas, relações públicas e assistentes da ASSECOM com participação em cursos e seminários.

## **6.2 Ouvidoria Pública**

A Ouvidoria da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul, a ser criada em novembro de 2017 pela Presidência, obedecer às normas estatutárias e regimental da ESCOLAGOV-MS e presta contas à Presidência.

Esse serviço atende aos membros da Comunidade da Fundação, estimulando a manutenção e contínuo aperfeiçoamento da natureza humanista da Instituição. Acolhe a comunidade externa e interna (estudantes, professores e servidores das unidades), realiza os encaminhamentos pertinentes para os problemas apresentados e auxilia na resolução e prevenção de conflitos. Atua de forma isenta e independente, com caráter mediador e estratégico.

Caracteriza-se como um setor que busca favorecer o diálogo, promover a comunicação entre as instâncias da Fundação, sendo um instrumento de democracia participativa e transparente. É um importante agente para a melhoria e organização dos processos de trabalho da instituição.

Os princípios norteadores de seu atendimento são o respeito, a ética, a solidariedade e o sigilo. Os parâmetros norteadores de conduta são: integridade, transparência, imparcialidade. Nenhuma queixa pode ser assumida sem critérios éticos, para garantir a eficácia da resposta.

Os atendimentos ocorrem por meio de três modalidades: presencial, telefônica e *online*. O tempo de duração dos atendimentos decorre da complexidade da demanda. Podem ser pessoalmente na Fundação Escola de Governo. A ouvidoria é também acessada

virtualmente pelo site [www.escolagov.ms.gov.br](http://www.escolagov.ms.gov.br) e pelo telefone (67) 33216100

São as seguintes estratégias de gestão:

Consolidar e aperfeiçoar a Política da Ouvidoria da Fundação ESOLAGOV-MS em consonância com regimento da Fundação;

Propiciar a criação de mecanismos para a melhoria e agilização dos processos de trabalho da instituição;

Aprimorar os recursos humanos e infraestrutura de funcionamento da Ouvidoria;

Dar visibilidade à Fundação com atitudes e ações pró ativas da Ouvidoria.

### **6.3 Espaços Coletivos Como Instâncias De Comunicação**

A ESCOLAGOV-MS sempre se manteve como Instituição que se pauta pela ação coletiva, democrática e participativa, envolvendo os sujeitos na construção do projeto da Fundação. Essa condição é a base do modelo de gestão que se estrutura com diferentes instâncias colegiadas, que contam com a representação dos diferentes segmentos da comunidade para decisões acadêmicas, administrativas e comunitárias no campo da sociedade e do serviço público.

Esses espaços conservam uma dinâmica que se caracteriza por encontros sistemáticos, com agendamentos previstos no calendário institucional. A periodicidade e a representatividade na participação, associada à natureza dos assuntos tratados, que abrange todas as dimensões da Fundação e transformam momentos coletivos em instâncias de comunicação na vida do servidor em prol do setor público estadual e atendimento ao cidadão.

Podem ser apontados, nesta esfera, os órgãos colegiados deliberativos superiores; os órgãos de deliberação e consulta; e no nível das Unidades, o Conselho Administrativo, os Colegiados das Gerências e de Coordenação dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação.

Na sua tradição democrática de participação, a Fundação convive com diferentes manifestações e com leituras diversificadas da realidade. Nesse sentido, oferece espaço para comunicação de representatividade de docentes, servidores, alunos, com a Ouvidoria/Assessoria de Comunicação, Coordenadoria/Diretoria de pós-graduação e a

Presidência.

A Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, por sua vez, assim como muitos Programas de Pós-Graduação *stricto* e *lato sensu*, adotam formas e recursos de comunicação diversificados.

## **7. POLÍTICA DE GESTÃO DE PESSOAS**

A política de gestão de pessoas é desencadeada pela Diretoria de Administração, Orçamento e Finanças – DAOF, por intermédio da Divisão de Gestão de Pessoas - DGP da Fundação ESCOLAGOV-MS.

As diretrizes da área de recursos humanos vêm sendo aperfeiçoadas com o objetivo de atender e acompanhar as demandas apontadas pela Mantenedora – Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização – SAD/MS – e pela Fundação de forma a manter um corpo docente e técnico administrativo em condições de responder pelos desafios institucionais.

As atividades desenvolvidas pela equipe da DGP/ESCOLAGOV-MS se embasam no princípio de que a gestão de pessoas transcorre no processo de crescimento e transformação da Fundação no cenário educacional.

Como indicadores para que a política de gestão de pessoas possa ser contemplada no processo avaliativo dos próximos três anos, mantém-se o destaque para:

### **7.1 Corpo Docente**

#### **7.1.1 Titulação E Regime De Trabalho**

O quadro docente é composto de professores com titulação e regime de trabalho compatível para que o ensino possa atender aos projetos pedagógicos dos cursos de forma eficaz, com qualidade acadêmica.

Os regimes de trabalho do corpo docente adotados na Fundação são Tempo parcial (TP16 a TP24) e Tempo integral (TI), regime de 40 horas semanais. Os colaboradores passam por processo seletivo para credenciamento profissional em distintas áreas de atuação na Fundação sem vínculo empregatício, sendo este um colaborador por tempo determinado.

É importante destacar-se que o regime de trabalho do corpo docente está em processo de revisão. A distribuição atual do corpo docente por titulação está representada a seguir.

Total de Docentes Ativos por Titulação						
Referência Edital n.1/2016 e pontuação Edital n. 6/2016						
Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Livre-Docência	Total
10	38	28	06	-	Á posteriori	82

Casos excepcionais em que o professor não seja titulado e credenciado, mas represente destaque e reconhecimento pela especificidade que domina, para atuar em disciplinas ou cursos técnicos que o exijam, a Fundação, na forma da lei, pode submetê-lo ao processo de reconhecimento de notório saber para contratá-lo na função de Auxiliar de Ensino.

Na Fundação, a carreira do magistério está concebida academicamente. Nela, a evolução do docente ocorre por exigência de sua produção didática e científica, constante do Plano de Trabalho de cada um, anualmente apresentado à Diretoria, estando vinculado a avaliação contínua.

Titulação, experiência de magistério superior e experiência profissional são exigências dinâmicas inerentes à própria evolução do professor na trajetória da sua carreira no magistério. A Carreira docente no magistério, prevista na Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007 do Ministério da Educação-MEC, compreende professores nos cargos de:

- Docente-Doutor
- Docente-Mestre
- Docente-Especialista
- Docente-Graduado

Na Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007 do Ministério da Educação-MEC, também está prevista a porcentagem de docentes por enquadramento nesses cargos, apresentando a seguinte configuração:

Especificamente com relação aos cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, pelo menos 30% de seu corpo docente serão compostos por profissionais com titulação de mestre ou de doutor, obtidos em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da

Educação e avaliado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na mesma área, ou área correlata interdisciplinar do curso em que vai ministrar aulas ou orientar o TCC.

Por sua vez, os demais membros do corpo docente deverão possuir, no mínimo, título de especialista com curso de graduação e/ou de pós-graduação lato sensu, com validade nacional, na mesma área de conhecimento do curso.

Não obstante, a composição do corpo docente da pós-graduação será realizada, via de regra, mediante processo seletivo, realizado por edital específico, através de provas, títulos e/ou provas e títulos, ocasião em que a experiência docente no magistério superior terá papel de destaque no referido processo.

O Plano de carreira docente começa a ser concebido a partir da contratação na prestação de serviço do professor para compor o quadro provisório da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul – ESCOLAGOV-MS.

### **7.1.2 Critérios de seleção e contratação**

O processo de admissão do corpo docente respeita o normativo de contratação (prestação de serviço), sendo iniciado na Fundação ESCOLAGOV-MS, mediante processo seletivo, aberto por meio de edital simplificado de credenciamento, com ampla divulgação interna e externa à Fundação. O processo tem por finalidade selecionar, aprovar e classificar os candidatos, estando a cargo de comissão formada por Comissão Específica, coordenado pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação com aprovação do Conselho Administrativo da Fundação e publicação em Diário Oficial.

Cabe ressaltar que a convocação e a dispensa de docentes é atribuição exclusiva da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul.

### **7.1.3 Qualificação Do Corpo Docente**

A convocação e formação continuada de professores provisórios na docente das disciplinas, está atrelada à existência de vaga no departamento e ao suporte financeiro estabelecido no orçamento anual da Fundação. Para os cargos de Docentes: Doutor, Mestre,

Especialista e Graduado, o ingresso na carreira ocorre por meio da aprovação do processo de avaliação contínua e critérios pré-definidos pela Comissão Específica e Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

A avaliação contínua tem por objetivos possibilitar a) o desenvolvimento profissional dos docentes por meio de ações que visem à melhoria da qualidade acadêmica, estimulando a produção didática, científica, técnica, tecnológica, artística e cultural, articulando a produção acadêmica com os projetos de ensino, pesquisa e extensão, subsidiando a articulação entre graduação e pós-graduação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; b) os processos de seleção, o ingresso se dá por meio de publicação em edital simplificado; c) os planos de capacitação docente e a autoavaliação do professor, tendo em vista seu desenvolvimento pessoal.

A avaliação abrange as seguintes dimensões: formação (titulação e formação continuada), produção didática e científica, experiência abrangendo à docência e atividades profissionais que alimentem o ensino, a pesquisa e a extensão, participação institucional e desempenho didático-pedagógico.

O quadro de vagas para o quadro provisório do magistério, estão fundamentados no **Plano Acadêmico Trienal da Diretoria**, concebido como área de conhecimento. Vagas e funções devem decorrer das projeções da política acadêmica e científica da Diretoria, expressa por meio das propostas e prioridades do seu respectivo desenvolvimento de programas, projetos e demandas de ensino, pesquisa e extensão e de programas e projetos de capacitação e aperfeiçoamento docente.

## **7.2 Corpo Técnico-Administrativo**

### **7.2.1 Critérios De Admissão E Seleção**

O Processo de admissão para o corpo administrativo da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul e o processo de seleção, além de respeitar o normativo de contratação no governo, tem como diretrizes:

Valorização do perfil pessoal e profissional (procura-se otimizar a formação frente às competências necessárias para a área de atuação, possibilitando evolução na carreira e desenvolvimento profissional na área requisitante);

Priorização de servidores alocados no setor ou *unidade* requisitante;

Ampliação das políticas e ações voltadas para inclusão e retenção de pessoas com deficiência.

As práticas de remuneração e carreira respeitam a manutenção de salários compatibilizados em estruturas baseadas no equilíbrio interno e externo do mercado, em destaque dos administrativos do governo do estado de Mato Grosso do Sul.

Cabe ressaltar que a contratação e dispensa do corpo técnico-administrativo e docente é atribuição exclusiva da Fundação. Este contato é por meio de convocação após credenciamento na Fundação por meio de Edital simplificado, o mesmo edital dá direito à convocação dos credenciados em critérios por ele estabelecido e desligamento de igual valia, portanto a forma de avaliação do convocado, também, fica estabelecido por critérios explicitados no mesmo edital. Ou ainda, por meio de cedência (para função técnica) de servidores do governo do estado ou das prefeituras.

### **7.2.2 Ações De Avaliação De Desempenho E Desenvolvimento Profissional**

O processo de Avaliação de Desempenho está implantado para todos os profissionais técnicos e administrativos em Campo Grande-MS, por meio da participação programada de servidores técnicos, administrativos, operacionais, Chefias e Diretorias da Fundação no processo de Avaliação de Desempenho Individual – ADI/SAD/GOV. Processo que restringe aos servidores do quadro efetivo e cargo de comissão.

A avaliação constitui-se de três momentos:

Autoavaliação;

Avaliação da Chefia imediata;

Avaliação conjunta (do funcionário com a Chefia imediata e um 2º Avaliador, conforme a área se necessário).

Durante essas etapas serão analisados os conhecimentos, habilidades e atitudes de cada membro da equipe, relacionadas às suas principais entregas (tarefas), que cada um deverá realizar para o cumprimento dos objetivos institucionais.

Essa fase é essencial para o processo, vez que oportunizará ao gestor e servidor estabelecer com maior clareza, as entregas e as condições necessárias para as mesmas,

tratando de forma sistêmica e mais eficiente a comunicação.

Também é nessa fase que serão identificadas as necessidades de capacitações, orientando a elaboração do plano de desenvolvimento dos servidores.

O processo acima mencionado se refere ao Plano de Gestão de Desempenho Individual – PGDI, que é procedimento de governo respaldado em legislação por meio de Decreto, Edital e Resolução. Os processos ainda acompanham um cronograma de ciclo de gestão de desempenho distribuídos em cinco períodos, o qual promove a Gestão por Competência.

### **7.2.3 Desenvolvimento Profissional**

A política de formação e desenvolvimento de pessoal está fundamentada na valorização do conhecimento das pessoas e na definição de quanto elas podem contribuir para o crescimento da Fundação.

A partir da elaboração de diagnósticos institucionais, da sistematização e do acompanhamento de instrumentos de avaliação profissional, a área de Desenvolvimento profissional viabiliza a construção de políticas, projetos e cursos direcionados ao desenvolvimento pessoal e profissional.

Nesse sentido, prevê-se:

Investir em recursos humanos para ampliar a potencialidade das pessoas, valorizando suas capacidades, tais como inteligência, sensibilidade, criatividade, ampliando também a profissionalização de forma articulada com os objetivos institucionais e propiciando a manutenção da empregabilidade;

Incentivar o aprimoramento da competência e da atuação crítica e responsável, bem como a construção de estímulos para o bem-estar entre as pessoas;

Garantir destinação de verba para a capacitação no orçamento institucional, buscando ampliá-la, anualmente, na medida do possível;

Identificar as reais necessidades de capacitação para o planejamento e a elaboração de programas contínuos, realizada pelo registro e cruzamento de dados, a partir do sistema integrado de gestão.

A área de Desenvolvimento Profissional procura valorizar programas disponíveis



dentro e fora da Fundação, como cursos específicos, palestras, participação em congressos, seminários, fóruns. Também são realizados eventos compartilhados com áreas afins voltados para a capacitação em processos de gestão. O corpo docente tem a possibilidade de participar de congressos nacionais e internacionais, com verba específica destinada no orçamento.

No âmbito do ensino a distância, desde sua implantação em 2013, é de competência da Diretoria de Educação Continuada, em consonância com a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, estabelecer as diretrizes a serem alcançadas para a gestão de projetos e atividades acadêmicas, respondendo pela formação continuada de professores, gestores e funcionários, a fim de capacitá-los para o desenvolvimento de ações relacionadas à inserção da Fundação nessa modalidade. Dessa forma, o Programa de Qualificação *Moodle* e EAD, destina-se à comunidade interna da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul.

A Divisão de Gestão de Pessoas apoia ações propostas pela Divisão de EAD, procurando difundir-las e complementá-las quando necessário. Pretende-se ampliá-las, integrando projetos que visem à capacitação permanente de professores e servidores para estarem aptos aos desafios que se estabelecem na era digital.

A política de benefícios é orientada pelo Governo do Estado, tendo como princípio o reconhecimento de demandas apontadas por seus professores e servidores. Visa a assegurar serviços e benefícios que contribuam para melhores condições de conforto no dia a dia do trabalho, bem como maior segurança e preservação da saúde.

A aplicação da política de benefícios é implementada por profissionais qualificados nas mais diversas áreas do serviço público de Mato Grosso do Sul que atuam em setores específicos da gestão pública estadual dos dispositivos estabelecidos para concessão e implantação de benefícios.

Dentre os principais benefícios oferecidos, destacam-se:

**Bolsas de Estudos** – O corpo docente e o corpo técnico administrativo, bem como seus dependentes legais, possuem o direito de estudar com bolsas de estudo integrais nos cursos oferecidos pela Fundação na graduação, pós-graduação e educação continuada, de acordo com critérios vigentes estabelecidos das categorias docente e administrativa no setor público.

**Vale transporte** – O servidor que utiliza qualquer tipo de transporte público,

municipal, para o trajeto residência/trabalho e trabalho/residência, pode solicitar o vale transporte. O crédito para recarga do cartão fica disponível no último dia útil de cada mês. O valor do desconto é de até 6% do salário, sendo o valor excedente subsidiado pelo Governo do Estado.

**Assistência Médica** – O Governo do Estado oferece plano de saúde com coberturas básicas para consultas, exames e internação em enfermaria, conforme estabelece a legislação vigente, para todos os servidores e seus dependentes. Como opção para professores e servidores que desejam contribuir para obter condições mais ampliadas de recursos relacionadas à saúde, são oferecidas coberturas com seguradoras/operadoras com desconto do valor diferenciado em folha de pagamento. O gerenciamento dos planos de saúde é realizado pela equipe de profissionais do setor de benefícios com apoio dos prestadores de serviço por meio de programas relacionados à saúde e sua prevenção da Cassems (Caixa de Assistência dos Servidores do Mato Grosso do Sul). A **Cassems** é uma pessoa jurídica de direito privado com finalidade assistencial de saúde suplementar criada pelo conjunto das entidades dos servidores públicos de Mato Grosso do Sul em 1º de março de 2001.

**Incentivo à Educação - Auxílio Escola** – O Governo oferece incentivo à educação para os servidores que possuem filhos com idade de 0 a 4 anos, atendendo por ano, aproximadamente, 370 crianças.

**Seguro de Vida** – *Privado* – é oferecido pelo Governo do Estado por meio de convênios, com descontos em folha de pagamento ou não, para servidores do Governo do Estado.

**Previdência** – A adesão ao Plano de Previdência Complementar é opcional e os descontos variam de 2 a 12% do salário, tendo como participantes apenas os professores e servidores.

**Convocação por meio de edital simplificado** - os instrutores sem vínculo empregatício possuem a adesão ao Plano de Previdência Complementar e os descontos variam de 2 a 12% do salário. O INSS, a sigla INSS significa Instituto Nacional do Seguro Social (órgão do Ministério da Previdência Social, ligado diretamente ao Governo) e é responsável pelos pagamentos das aposentadorias e demais benefícios dos trabalhadores brasileiros que contribuem com a Previdência Social (seguro que garante uma aposentadoria ao contribuinte quando ele pára de trabalhar), com exceção dos servidores públicos. A principal vantagem da contribuição para o INSS é garantir o recebimento de um benefício

mensal durante a aposentadoria. Outra vantagem é que o trabalhador que contribui para a Previdência tem direito de receber auxílio-doença em caso de afastamento do serviço por motivo de saúde.

**A Previdência Social garante:**

- Aposentadoria por tempo de contribuição;
- Aposentadoria por idade e invalidez;
- Pensão por morte;
- Auxílio-doença;
- Auxílio-acidente;
- Salário maternidade;
- Salário família;
- Reabilitação profissional;
- 13º salário;

**Empréstimo Bancário** – O Governo do estado oferece para os seus colaboradores a concessão de empréstimo bancário consignado. As parcelas não podem ultrapassar 30% do salário líquido e o desconto é feito por meio da folha de pagamento.

### **7.3 Melhorias Em Relação Ao Corpo Docente E Corpo Técnico- Administrativo**

Respeitados os níveis de competência, o governo do estado se propõe aos seguintes objetivos:

- a. Ampliar a criação de programas de atenção à saúde e qualidade de vida dos colaboradores no trabalho;
- b. Articular ações para finalizar e implantar novas regras para o contrato de trabalho;
- c. Implantar processo de avaliação contínua de forma integrada e sistematizada;
- d. Implantar o processo de acompanhamento das atividades docentes no sistema de gestão integrada, de forma a dar visibilidade da atuação profissional no regime de trabalho;

- e. Atuar na definição de verba orçamentária para integrar ações de capacitação junto ao corpo docente e administrativo, de forma sistematizada, com base nos resultados do processo de avaliação contínua;
- f. Buscar maior aproximação às necessidades do corpo docente diante das novas tecnologias, atuando de forma integrada na promoção de ações afirmativas;
- g. Ampliar políticas e ações para inclusão e retenção de pessoas com deficiência.

## **8. GESTÃO INSTITUCIONAL**

### **8.1 Organização Administrativa**

São corresponsáveis com a Mantenedora, pela administração da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul seus órgãos de direção e de supervisão e seus órgãos deliberativos superiores, que, de acordo com suas competências, devem conduzir a ESCOLAGOV-MS no cumprimento de sua missão e de sua sustentabilidade, orientada pelos princípios e compromissos consagrados em seu Estatuto.

O Diretor-Presidente é auxiliado diretamente pela assessorial de gabinete e mais duas assessorias e pelas quatro diretorias por ele escolhidos e indicados em comum acordo entre o Secretário de Estado de Administração e Desburocratização, a quem compete aprovar, nomear, destituir, sendo: Pesquisa e Pós-Graduação, de Educação Continuada, de Planejamento e Desenvolvimento e de Administração, Orçamento Finanças e Contabilidade. Participa ainda como órgãos de assessoria da Presidência a Procuradoria Jurídica, que têm por objetivo prover condições para o desenvolvimento das atividades técnicas, administrativas e pedagógicas da Fundação, bem como os Coordenadores e os Chefes de Divisão orientados por seus Diretores.

Além dos órgãos de direção e coordenação, integram a condução da administração da Fundação os órgãos deliberativos superiores: o Conselho Administrativo – CONSAD – responsável por definir as diretrizes da Fundação, zelando pelo cumprimento das

finalidades, princípios e missão educativa da Instituição.

O Conselho de Administração – CONSAD – é responsável pelos assuntos econômicos, financeiros, trabalhistas e patrimoniais. É constituído pelo Secretário de Estado de Administração e Desburocratização, seu Diretor-Presidente, por representantes das demais Secretarias de Estado, e entidade Cível. São membros com direito a voto: o Secretário de Estado os membros das demais Secretarias do governo e representantes de entidades civis.

## 8.2 Estrutura E Organização Institucional

A Fundação ESCOLAGOV-MS é composta por Diretorias e Coordenadorias. A Fundação ESCOLAGOV-MS é a unidade responsável pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão nas suas respectivas áreas de conhecimento. São constituídas por Divisões, que correspondem a subáreas epistemológicas. Exercem funções deliberativas, de supervisão e coordenação das suas atividades. No âmbito do ensino, oferecem cursos de graduação, pós-graduação, *stricto sensu* e *lato sensu*, e de extensão. Cada curso de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* tem uma comissão encabeçada por um Coordenador. E cada curso de pós-graduação *lato sensu* tem um Coordenador.

As **Diretorias**, com seus Líderes, cabem a condução do processo de produção de conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, obedecido o princípio da indissociabilidade.

As **Coordenadorias** são organismos que fazem a gestão de projetos e atividades, servindo ao conjunto da Fundação em assuntos específicos abrangidos por suas respectivas áreas, com finalidades internas e externas. De forma geral, têm por atribuições: administrar o desenvolvimento e a execução de suas respectivas atividades; subsidiar as análises de viabilidade técnico-pedagógico, financeira e estrutural das suas atividades; e prestar assistência técnica no âmbito de suas respectivas competências.

As **Divisões** são organismos com atividade focalizada que se constituem em campos de realização de estágios e de outras atividades de extensão e prestação de serviços. As **Unidades Suplementares** são órgãos que realizam atividades em múltiplos campos e que complementam ações relativas ao ensino, à pesquisa, à extensão. São subordinadas à Mantenedora e academicamente vinculadas à Fundação Escola de Governo de Mato Grosso

do Sul.

### **8.3 Órgãos De Apoio Às Atividades Institucionais**

O estudante/cursistas da Fundação ESCOLAGOV-MS recebe atendimento nos setores de apoio pedagógico como os Setores de Pós-Graduação e Pesquisa (COPGP) e o de Qualificação e Capacitação (COCap), bem como de setores de apoio pedagógico-administrativo como o Setor de Gestão de Pessoas (DGP) e a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, já mencionados em itens próprios.

O apoio técnico-acadêmico de qualificação e do registro do regime didático e escolar está sob a responsabilidade da Divisão de Registro e Controle na Diretoria de Educação Continuada, dos Expedientes da Fundação, da Secretaria Acadêmica da Pós-Graduação, do Expediente Administrativo dos Programas de Estudos Pós-Graduados e da Consultoria Técnica de Apoio à Gestão Acadêmica.

Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação em consonância com a Secretaria de Administração Escolar (SAE), tem por competência garantir a qualidade das informações no âmbito dos registros escolares, além da qualidade dos serviços de atendimento ao corpo docente, discente e ao usuário em geral. Suas funções são cumpridas por meio das seguintes áreas de serviços: a) Registro Escolar; b) Atendimento Escolar ao Estudante/Cursistas.

Ao *Registro Escolar* cabe fazer o registro e garantir o cumprimento dos regimes didático e escolar dos projetos pedagógicos dos cursos, observadas as normas gerais da Fundação e as específicas de cada projeto pedagógico, de acordo com os procedimentos próprios desse setor, bem como fazer o registro dos dados pessoais, do desempenho escolar, dos componentes curriculares e institucionais, durante toda a trajetória do estudante na Fundação, isto é, da matrícula inicial à conclusão do curso e diplomação.

Ao *Atendimento Escolar ao Estudante/Cursista* cabe prestar serviço ao corpo discente, garantindo a qualidade das informações, das orientações e dos encaminhamentos, no âmbito da área de Registro Interno, durante o seu percurso na Fundação;

Os Expedientes Administrativos da Fundação. O expediente Acadêmico-Administrativo e Institucional da Fundação, subordinado à Presidência, tem por principal atribuição garantir o apoio técnico administrativo necessário ao exercício das funções de gestão da Fundação e especificamente da acadêmica.

Cabe ainda ao Expediente dar suporte à gestão dos projetos de ensino, pesquisa e extensão; aos Coordenadores de Curso, aos Chefes das Diretorias, Coordenadorias, Divisões e aos Docentes, além de realizar o atendimento acadêmico aos estudantes e aos vários processos de avaliação.

### **8.3.1 Diretoria Da Presidência**

A Diretoria da Presidência da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul – ESCOLAGOV-MS será exercida por um Diretor-Presidente, nomeado pelo Governador, será substituído em seus impedimentos legais e eventuais por quem a ele lhe convier, desde que este, não tenha nenhum impedimento legal. Ao Diretor-Presidente compete:

Expedir os atos administrativos de incumbência e competência da ESCOLAGOV-MS, nos termos da legislação pertinente;

Propor ao Governador do Estado alterações na legislação referente à ESCOLAGOV-MS ou à área de sua atuação;

Determinar, caso necessário, a instauração de sindicância e de processo administrativo, no âmbito interno da ESCOLAGOV-MS;

Propor a estrutura administrativa e o regime de trabalho dos servidores da ESCOLAGOV-MS;

Elaborar o plano de trabalho anual da ESCOLAGOV-MS, submetendo-o a aprovação do Conselho Administrativo;

Aprovar os preços dos seus serviços, ad-referendum do Presidente do Conselho Administrativo;

Fixar tabelas de remuneração ou compensação pela prestação de serviços por profissionais e servidores do Estado na execução de atividades de treinamento, consultoria técnica e orientação da ESCOLAGOV-MS vinculada à sua finalidade;

Elaborar o relatório anual das atividades da ESCOLAGOV-MS, submetendo-o à apreciação do Conselho Administrativo;

Aprovar a admissão, a cessão, a redistribuição e o remanejamento de pessoal para o Quadro de Pessoal da ESCOLAGOV-MS;

Aprovar as contratações de serviços de terceiros ou aquisições que impliquem despesas superiores ao limite de realização de licitação por convite.

### **8.3.2 Assessoria De Gabinete**

A Assessoria de Gabinete, diretamente subordinada à Diretoria da Presidência, compete:

Assessorar a Diretoria da Presidência da ESCOLAGOV-MS;

Manter atualizados os arquivos referentes às correspondências e aos atos normativos oficiais, recebidos e expedidos pela Diretoria da Presidência, tomando providências administrativas, quando necessário;

Orientar e controlar as atividades relativas a assuntos administrativos, relacionadas à Diretoria da Presidência;

Organizar e manter atualizada a agenda da Diretoria da Presidência da ESCOLAGOV-MS, no atendimento ao público externo e interno;

Redigir comunicações e correspondências da Diretoria da Presidência;

Protocolar, registrar e distribuir documentos, quando for o caso;

Recepcionar os visitantes, prestar informações e proceder ao encaminhamento destes aos setores pertinentes;

Prestar atendimento e fornecer informações, via telefone, de documentos que estejam sob a análise, da Diretoria da Presidência, quando autorizado;

Elaborar relatório de suas atividades, quando solicitado;

Representar a ESCOLAGOV-MS, quando lhe for delegado tal atribuição.

### **8.3.3 Procuradoria Jurídica**

A Procuradoria Jurídica vinculada diretamente ao Diretor-Presidente compete a realização de atividades de assessoramento jurídico e de defesa de interesses na esfera administrativa ou judicial da ESCOLAGOV-MS, sendo composta por servidores ocupantes do cargo de Procurador de Entidades Públicas com as seguintes competências:

Defender em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, a ESCOLAGOV-MS;



Executar as funções de consultoria e assessoramento jurídico, bem como emitir manifestações e parecer de interesse da ESCOLAGOV, para fixar interpretação para aplicação de lei ou de ato do Poder Executivo para orientação no âmbito de sua atuação;

Atuar na defesa dos interesses da Entidade perante os órgãos de fiscalização financeira e orçamentária e de auditoria externa;

Elaborar minutas de informações a serem prestadas ao Judiciário em mandados de segurança, mandados de injunção e habeas data, impetrados contra dirigentes ou agentes administrativos no exercício de suas funções na Entidade;

Assessorar na elaboração legislativa relativa à matéria da área de atuação da ESCOLAGOV;

Elaborar minutas de termos de contratos, convênios ou similar, bem como examinar os editais ou termos de convocação de licitação;

Informar aos dirigentes superiores e agentes administrativos da Entidade sobre a vigência de Lei, Decreto ou qualquer ato cujo cumprimento exija providências, bem como das decisões administrativas e judiciais de seu interesse.

### **8.3.4 Assessoria De Tecnologia Da Informação**

Acompanhar a execução das atividades na área de tecnologia da informação e realizar estudos e pesquisas na área, prestar consultoria, coordenar o desenvolvimento de programas e elaborar estudos sobre a visibilidade de aquisição de sistemas automatizados, examinar os dados de entrada disponíveis, estudando modificações necessárias à sua normalização, verificar o desempenho dos sistemas e equipamento, controlar e avaliar as atividades de profissionais que realizam as diferentes fases das análises dos sistemas, as definições das soluções e o respectivo detalhamento, analisar as necessidades internas de informatização, administrar e controlar a manutenção e a instalação dos equipamentos de informática e a política de segurança das informações relacionadas com a informática.

### **8.3.5 Assessoria De Comunicação**

Compete a Assessoria de comunicação:

Coordenar, acompanhar e supervisionar as atividades relacionadas à Assessoria de Comunicação;

Formular, integrar e coordenar a política de comunicação da ESCOLAGOV-MS

Promover a representação do Diretor-Presidente junto aos órgãos de imprensa, quando solicitado;

Planejamento e manutenção de programas de comunicação interna e externa;

Gestão das áreas de atendimento e relacionamento com públicos estratégicos;

Coordenar as relações da Presidência com os demais setores e veículos de comunicação e assessorá-lo quanto ao processo de funcionamento dos veículos de comunicação;

Manter atualizado o site institucional e mídias sociais no que tange às ações Fundação com informações gerais de interesse dos servidores públicos estaduais e da comunidade discente;

Promover a divulgação dos assuntos de interesse administrativo da Fundação;

Acompanhar e coordenar a criação do material de divulgação da ESCOLAGOV-MS.

Manter constante contato com órgãos de imprensa, a fim de divulgar as ações institucionais da ESCOLAGOV-MS.

### **8.3.6 Diretoria De Pesquisa E Pós-Graduação**

Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação da fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul é dividida em Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação e a Divisão de Pesquisa e Comunicação, à esta Diretoria compete:

Promoção de atividades e estudos aplicados, editoração e difusão. Acervos documentais e bibliográficos no intuito de consolidar a gestão pública por meio do conhecimento e informação. Esta difusão do conhecimento sobre gestão pública poderá inclusive ser através de intercâmbios nacional e internacional, consolidando-se como centro de produção de ideias e conhecimento em gestão pública.

Os problemas do estado servem como fonte de estudos e pesquisa no âmbito da gestão pública, uma vez que poderão servir de incentivos e prêmios.

Esta diretoria possui ainda a função de promover campanhas, fixar currículos e critérios de seleção, estabelecer regime de ensino didático, bem como ampliar e/ou reduzir número de vagas de seus cursos e programas, diplomar, certificar e outorgar prêmios e títulos - tudo no âmbito do Ensino Superior.

Esta Diretoria assiste ainda à Presidência em todas suas demandas quanto ao

planejamento e atividades referentes à Pesquisa e Pós-Graduação.

### **8.3.7 Diretoria De Educação Continuada**

Atua em programas e projetos de capacitação de gestão de pessoas para a administração pública e na formação permanente e aperfeiçoamento profissional para servidores públicos, voltados à obtenção de requisitos para promoção em carreiras, acompanhando o Plano de Gestão de Desempenho Individual (PGDI). Analisa, avalia, planeja, executa e coordena projetos especiais sob a demanda de órgãos públicos e entidades estaduais (cursos exclusivos) e propostas encaminhadas à ESCOLAGOV-MS; assim como elabora e implanta treinamentos continuados a esses órgãos e entidades. Seleciona e matricula servidores para a realização dos cursos e outras atividades de capacitação, e emite e entrega os certificados dos cursos, palestras, fóruns e outros (presenciais e/ou em EaD).

Planeja, coordena e executa o processo seletivo para credenciamento de instrutores dos cursos da Educação Continuada.

Planeja, coordena e executa atividades inerentes ao uso de tecnologia aplicadas à educação, no âmbito de cursos e programas de educação executiva e de capacitação permanente de servidores e agentes públicos. Analisa e avalia solicitações de cursos EaD e propostas encaminhadas à ESCOLAGOV-MS. Identifica, produz e difunde novos cursos em EaD de interesse do Estado de Mato Grosso do Sul.

Presta assistência à Presidência em todas as questões que envolvam o exercício dos processos de planejamento e de tomada de decisões pertinentes à sua área de atuação na ESCOLAGOV-MS, e desempenha outras atividades que lhe forem atribuídas pela Presidência.

Organiza, executa e mantém os mecanismos de controle e documentações pertinentes à Gerência. É responsável pela gestão do acervo e controle.

### **8.3.8 Diretoria De Planejamento E Desenvolvimento**

A Diretoria de Desenvolvimento e Inovação da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul divide-se em: Coordenadoria de Projetos Especiais; Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento; Divisão de Recursos e Parcerias, tendo como especificidades as seguintes atribuições:

Realização de Seminários, palestras e encontros que promovam a troca de experiências e reflexão sobre variados temas voltados à gestão governamental, por meio de parcerias entre instituições públicas e privadas; bem como o fortalecimento e integração de ações da Rede de Escolas de Governo de MS – Regov;

Planejamento e coordenação de ações referentes à inovação, tais como Prêmios, Oficinas, Encontros, e Laboratório que possibilitem a contribuição dos servidores públicos quanto à disseminação de ideias, projetos e trabalhos de alta relevância para poder público e suas entregas à sociedade;

Captação recursos financeiros e parcerias junto à Instituições de Ensino Público/Privado, por meio de descontos em cursos, incentivando o acesso à capacitação e formação para servidores e seus dependentes;

Esta Diretoria assiste ainda à Presidência em todas suas demandas quanto ao planejamento e atividades referentes à inovação e desenvolvimento.

### **8.3.9 Diretoria De Administração, Orçamento E Finanças**

A Diretoria de Administração, Orçamento e Finanças da Fundação Escola de Governo é dividida e uma coordenadoria de administração, orçamento, finanças e contabilidade e as divisões de compras, gestão de pessoas e arquivo e patrimônio, tendo como objetivo as seguintes atividades:

Acompanha, controla e avalia os gastos e custeios para assegurar economia na utilização dos recursos;

Centraliza procedimentos para aquisição de bens e serviços em conformidade com a legislação;

Controla e avalia todas as rubricas referentes as despesas e receitas;

Elabora, coordena e acompanha o orçamento anual, além de manter atualizado todos os lançamentos contábeis;

Recolhe, seleciona, registra, classifica, cataloga, arquiva e controla periodicamente toda a documentação;

Realiza todos os procedimentos no sistema de compras, tais como, dispensa de licitação, inexigibilidade e licitação; além de elaborar pesquisa de preços para instauração de processo licitatório;

Planeja, coordena e controla a aquisição de bens, serviços, materiais relativos ao

transporte e almoxarifado;

Coordena todos os procedimentos relativo ao controle do quadro pessoal da Fundação Escola de Governo;

Participa e propõe todos os procedimentos relativos à contratação de pessoal, credenciados e prestadores de serviço.

## **9. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE**

A Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul, em coerência com o propósito de um modelo de “universidade corporativa” de caráter público, assume a responsabilidade de assegurar a inclusão de todos os estudantes vindos dos vários segmentos do serviço público do governo do estado de Mato Grosso do Sul, mediante um esforço sistemático de garantia de acesso, permanência e sucesso do corpo discente. Nesse esforço, o reconhecimento das diferenças para promoção da igualdade impõe-se como exigência básica.

Baseada nesses pressupostos, a Instituição tem promovido programas, projetos e propostas, os quais, ao serem formulados, consideram a grande diversidade de perfis dos estudantes, tais como social, cultural, étnico, racial, sexual, de gênero, de repertório de informações etc.

### **9.1 Formas De Acesso Aos Cursos – Educação Superior e Qualificação Profissional**

A política de ingresso para os cursos de graduação é definida pelo Conselho do Ensino Superior – CONESU, mediante as orientações e a aprovação das normas do processo seletivo para os cursos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). O planejamento e a execução do processo seletivo para os cursos de graduação estão a cargo da Comissão de Ingressos, Concursos, e Processo Seletivo, com aprimoramento do atendimento e em contínuo aperfeiçoamento.

Em geral o acesso nas IES acontece pelo Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, além do ingresso por vestibular, são previstas ainda as seguintes formas de acesso:

**Portadores de diploma de curso superior:** destinado a graduados que podem

requerer ingresso em curso superior, condicionado à existência de vagas abertas pela Fundação e mediante processo seletivo;

**Transferência:** oportunidade de estudantes regulares de outros estabelecimentos de ensino, nacionais ou estrangeiros, ingressarem na Fundação ESCOLAGOV-MS, condicionados à existência de vaga e mediante processo seletivo;

Além das formas de acesso anteriormente descritas, é possível o ingresso por meio de matrícula especial, destinada a interessados que queiram cursar atividades pedagógicas em cursos de graduação, ou por meio de matrícula cortesia, nos casos previstos em lei.

Nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a inscrição e a seleção de candidatos são feitas em cada programa de Estudos Pós-Graduados. O processo seletivo é de responsabilidade do coordenador, devendo ser feito com base nos critérios definidos pelos docentes do Programa, obedecidas às normas da Fundação.

Nos cursos de pós-graduação *lato sensu*, podem inscrever-se e participar de processo seletivo os candidatos portadores de diploma de curso superior. O processo seletivo para os cursos é feito com base em critérios previamente definidos no projeto pedagógico do curso, bem como no regulamento específico, aprovados pelas instâncias competentes, divulgados pela Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul. A seleção pode consistir de análise de documentação, provas, entrevistas, carta de justificativa sobre o interesse em realizar o curso, ou outros mecanismos, previstos no projeto pedagógico do curso.

## **9.2 Estímulo À Permanência - Programa de Atendimento Comunitário**

O principal objetivo do Programa de Atendimento Comunitário (PAC) é constituir-se como “porta de entrada” para acolher, reconhecer, orientar e mediar situações que necessitam de atendimento comunitário, visando a favorecer e facilitar a convivência e a relação entre os membros da comunidade da Fundação. Dessa forma o PAC centra-se na prestação de serviços de atendimento de referência no âmbito estadual, segundo o modelo institucional da Fundação, reafirmando a natureza social e comunitária da ESCOLAGOV-MS.

Alicerçadas no compromisso e responsabilidade social, suas metas são o Atendimento Comunitário, a Inclusão Socioeconômica, Necessidades Educacionais Especiais, a Qualificação Acadêmica e o Meio Ambiente e Saúde.

Seu foco de atuação se consolida em:

Acompanhamento de estudantes com necessidades educacionais especiais: relacionadas a questões psicossociais; psicopedagógicas (dificuldades no processo de aprendizagem); culturais; a demandas específicas (casos de alunos com dislexia e outras demandas que ensejam atendimento diferenciado), entre outros.

Atenção às pessoas com deficiências física, visual ou auditiva;

Mediação de conflitos entre pessoas ou grupos, de modo a favorecer a convivência entre os integrantes da comunidade.

O PAC tem como objetivo, por meio dos atendimentos, proporcionar aos indivíduos a possibilidade da ressignificação e a busca de maior sentido e amplitude perante suas vivências e demandas, por meio de encaminhamentos e acompanhamentos efetuados por esse trabalho interdisciplinar.

### **9.3 Organização Estudantil E Dos Cursistas**

O corpo discente da Fundação é constituído de estudantes/cursistas de cursos de qualificação profissional, graduação (bacharelado, licenciatura, tecnologia) sequenciais, de pós-graduação (*stricto sensu e lato sensu*) e de extensão. Eles possuem plena liberdade para se organizarem por diretorias, associações, consultorias juniores, cuja organização e funcionamento são estabelecidos em seus próprios estatutos. Estrão representados nos colegiados de todos os níveis da Fundação.

### **9.4 Acompanhamento De Egressos**

O Setor de Ex-Estudantes da Fundação tem como objetivo congregar ex-estudantes para que permaneçam em contato com a ESCOLAGOV-MS.

No início do próximo quinquênio, o setor passará por grande transformação, seja na sua organização interna, seja no desempenho da função principal de agregar estudantes/cursistas, buscando melhor diagnosticar a inserção de seus egressos no mercado de trabalho e buscando implantar um programa de acompanhamento desses

profissionais, através do qual se pretende compilar dados mais preciosos que possam contribuir para o aprimoramento do ensino e da pós-graduação na ESCOLAGOV-MS, ao mesmo tempo em que, uma vez obtidas as informações, pretende-se por meio da avaliação institucional realizar um levantamento e produzir um relatório sobre perfil dos egressos da ESCOLAGOV-MS e avaliar o sucesso na formação dos alunos frente aos conhecimentos adquiridos.

## **10. INFRAESTRUTURA**

A Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul possui sua sede, sendo no município de Campo Grande-MS, referência no atendimento que tange qualificação profissional, formação em serviço e pedagógico aos servidores públicos estaduais.

### **10.1 Sede – Campo Grande-MS**

A Fundação ESCOLAGOV-MS, situado em Mato Grosso do Sul, bairro Carandá Bosque do município de Campo Grande-MS, possui 402 m<sup>2</sup> de área construída. Essa sede abriga, além de grande parte dos cursos de qualificação profissional e pós-graduação em *lato sensu*, as atividades acadêmicas/pedagógicas e administrativas da Fundação e compreende as seguintes edificações:

*Edifício “Fundação ESCOLAGOV-MS”* – edifício sede das atividades acadêmicas e de qualificação profissional da Fundação, instituição estadual da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização, construída distribuída em 1 pavimento.

Ocupação: Presidência, assessorial de gabinete, procuradoria jurídica, assessorial de comunicação, assessorial de tecnologia da informação, diretoria de pesquisa e pós-graduação, diretoria de educação continuada, diretoria de planejamento e desenvolvimento, diretoria de administração, orçamento e finanças, salas de aula, laboratórios, e demais setores da fundação – Avenida Mato Grosso, nº 5778, Bl II, Parque dos Poderes; Campo Grande-MS.

Considerando o imóvel que compõe a Fundação Escola de Governo, somam uma



sala de aula, um laboratório de informática e um espaço para biblioteca.

## 10.2 Sistema De Bibliotecas Da Escolagov-Ms

O Sistema de Biblioteca da ESCOLAGOV-MS conta com uma biblioteca instalada e tem por objetivo dar suporte ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. A biblioteca atende à comunidade local e ao público em geral e seus acervos serão alocados em uma área total de 19,67 m<sup>2</sup> na unidade localizada na própria Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul em Campo Grande-MS.

O acesso aos acervos e bibliotecas digitais será disponibilizado por meio de nossa parceria com a ENAP ( Escola Nacional de Administração Pública), Rede de Escolas de Governo e demais parceiros, assim como a sites de acervos e bibliotecas virtuais com conteúdo livres para consulta e *download* de coleções mantidas por importantes instituições nacionais e internacionais, enquanto realizamos uma campanha junto às Editoras e Universidades parceiras da ESCOLAGOV, através de ofício, para captação de doações.

Principais serviços oferecidos pelo Sistema de Bibliotecas: (i) empréstimo domiciliar (facultado aos usuários vinculados à ESCOLAGOV-MS); (ii) compartilhamento do acervo entre as Bibliotecas do Sistema; (iii) normalização bibliográfica; (iv) levantamento bibliográfico; (v) treinamento e capacitação da comunidade da Fundação para a utilização dos recursos informacionais; (vi) visita monitorada; (vii) digitalização de textos para estudante portador de deficiência visual; (viii) rede sem fio *WiFi*.

O Portal da Biblioteca oferece acesso a todas as informações geridas pelo Sistema. É aberto a qualquer pesquisador, proporcionando a democratização do conhecimento. Também disponibiliza o acesso a bases de dados, como revistas eletrônicas que serão editadas pela Fundação, Biblioteca Digital como acervo monográfico como referência (UEMS) <http://www.uems.br/biblioteca/acervo> , que contém as dissertações e teses defendidas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, assim como as bases de dados assinadas pela UEMS, além dos Periódicos Capes <http://www.periodicos.capes.gov.br/> , e Scielo <http://books.scielo.org/>.

As bibliotecas trabalham para manter seus acervos diversificados e atualizados, visando a atender aos diversos segmentos da comunidade. Oferecem serviço de malote restrito a

professores e estudantes da ESCOLAGOV-MS e de cooperação mútua entre as bibliotecas do Sistema, a fim de suprir e facilitar a demanda dos usuários.

A aquisição e atualização do acervo são norteadas pela *Política de Desenvolvimento de Acervo do Sistema de Bibliotecas da ESCOLAGOV-MS* em que estão estabelecidas as diretrizes e critérios que orientam a seleção e a aquisição bibliografias, de acordo com a área atendida em cada uma das unidades e pelo *Instrumento de Avaliação* que define a quantidade de itens, estabelecida pelo MEC.

Atende à demanda dos currículos dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, no que diz respeito às bibliografias básica e complementar e áreas de especialização, com recursos financeiros provenientes do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, de agências de fomento, doações voluntárias e doações resultantes de convênios e parcerias.

Em suma, a caracterização e função social da biblioteca utilizada pela ESCOLAGOV-MS é a de promover educação, cultura e lazer, de forma contínua com participações presenciais ou a distância, nacional ou internacional, atendendo ao público em geral, sem restrições para consulta e leitura.

### **10.3 Portal Da Escolagov-Ms (Portal Corporativo)**

Com layout moderno, o portal do aluno da ESCOLAGOV-MS traz diversas facilidades, oferecendo inovações tecnológicas e acessibilidade, tais como: Acesso por meio de computador, *smartfone* ou tablet; Cadastro amigável: rápido e fácil; Plataformas integradas do ambiente EaD e presencial; Inscrição e Início Imediato para os cursos na modalidade EaD e presencial; Inscrição. Certificado digital (curso presencial EaD).

Dentre suas principais vantagens destacam-se: Integração com Ambiente Moodle; Cadastro de usuários integrado ao sistema de RH do estado; Plataforma desenvolvida pela SGI; Facilidade de fornecer informações para os outros sistemas (Ex.: PDGI); Emissão de certificados para os diversos tipos de Eventos; Interação entre instrutor/professor e aluno; Geração automática do certificado no portal; além de também ser uma Plataforma Corporativa ou, em outras palavras, acessível a qualquer órgão ou entidade da administração pública .

Através do portal é possível a realização de todo o controle administrativo e

gerencial dos cursos de capacitação ofertados pela ESCOLAGOV-MS e, assessoramento, por disciplinas cursadas em cursos de pós-graduação *lato sensu*, permitindo a administração de todo o seu processo, administrativo e pedagógico, contando com, dentre outras, as seguintes funcionalidades: processo de inscrição e matrícula de candidatos; gerenciamento e divulgação de notas, médias e frequência do aluno em cada curso de capacitação/disciplina; emissão de certificado *online*, etc.

#### **10.4 Ambiente Virtual De Aprendizagem (Ava)**

O AVA é o principal instrumento para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de materiais necessários ao desenvolvimento de cursos na modalidade educacional a distância e, assessoramente, para os cursos presenciais, dentro dos limites estabelecidos pela legislação pertinente (até 20% da carga horária total do curso, em se tratando de pós-graduação) sendo, neste caso, a internet, um dos principais veículos de comunicação.

Por meio do AVA têm-se várias ferramentas de interação que podem ser utilizadas conforme a distância de cada curso e/ou disciplina.

Para o desenvolvimento do curso, a comunicação e troca de informações é/será realizada por meio do *Moodle*, uma plataforma de ambiente de aprendizagem a distância, e que conta com ferramentas que permitem a interação via *online*, *chats*, além de vários recursos para a publicação de textos exercícios para os alunos.

Por meio do AVA e de acordo com as necessidades de cada curso/disciplina/componente curricular, é possível a realização de uma gama de atividades, síncronas e assíncronas, tais como a leitura de texto e/ou artigo, a participação em discussão em chat, a elaboração de projetos ou artigos em grupos, a realização de questionários, testes, etc., a apresentação e/ou realização de seminários por vídeo ou presencial, realização de enquetes e tarefas, etc.

Além destes recursos, também podem ser utilizados os fóruns de discussão, que permitem o contato assíncrono, por meio da postagem de atividades de discursos: tirar dúvidas e interação entre colegas, professores e, eventualmente, tutores. Também podem ser disponibilizados materiais digitalizados, a proposição de atividades e sugestões de leituras fornecidas por ferramentas específicas. Finalmente, também poderão ser utilizados *e-mails* e

contas de *WhatsApp* sempre que necessário.

O uso dos ambientes virtuais para divulgações, bem como a forma e as normas para o desenvolvimento das atividades necessárias serão devidamente normatizados e planejados via projeto pedagógico de cada curso.

## 10.5 Laboratório Da Escolagov-Ms

### 10.5.1 Laboratórios De Ensino

Na *unidade* da ESCOLAGOV-MS, temos distribuídos os laboratórios específicos de utilização dos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, a saber:

<b>UNIDADE</b>	<b>Laboratório</b>	<b>Área de conhecimento/ Especificação Técnica</b>	<b>Área (m<sup>2</sup>)</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Turno de funcionamento</b>
Pólo 1 – unidade SEDE	Laboratório Pedagógico – sala de aula	Administração	21,62	30	M/V

### 10.5.2. Laboratório De Informática

A Assessoria de Tecnologia da Informação – ASSTI – da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul, foi criada em 2000 com a finalidade de assessorar, criar e manter políticas e condições de funcionamento das atividades ligadas à tecnologia da informação, realizando a gestão de toda tecnologia da informação e comunicação das unidades mantidas pela Fundação ESCOLAGOV-MS.

A ASSTI está organizada em diversas atividades: Desenvolvimento de Sistemas, Redes e Operações, Suporte Técnico, Mídias Digitais, Laboratórios de Informática e Audiovisual, além de ser responsável por toda a segurança da informação.

Com aproximadamente cinquenta computadores totalmente conectados à Internet, é

garantido o acesso com qualidade aos seus professores, pesquisadores, estudantes/cursistas e corpo administrativo, que podem utilizar qualquer um dos laboratórios de informática instalados nos polos, com a possibilidade de manter seus arquivos pessoais em servidores de arquivos em rede. Por meio de contratos acadêmicos de licenciamento de software, a Fundação mantém os equipamentos atualizados tecnologicamente. O setor conta com estrutura dimensionada altamente qualificada para dar o suporte técnico necessário.

A seguir, as metas e projetos previstos para a vigência do PDI:

*Novo Datacenter:* suportar os diversos servidores acadêmicos/administrativos e os links de comunicação;

*Laboratórios Informática:* implementar todos os laboratórios com equipamentos novos e atualizados, havendo necessidades;

*Computadores Acadêmicos/Administrativos:* renovar todos os computadores em uso pelos setores acadêmicos/administrativos, havendo necessidades;

*Ambientes Tecnológicos de Ensino:* criar novos ambientes acadêmicos de ensino com alta tecnologia e automatização;

*Salas Conectadas:* modernizar salas de aula com diversas facilidades e equipamentos tecnológicos;

PÓLO	Prédio	Andar	Número do Laboratório	Área (m2)	Quantidade Computadores	Especificação Técnica	Sistema Operacional	Ar-Condicionado	Projeter Multimídia
ESCOLAGOV-MS	1	1º	1		50	Microcomputador Infortech, Processador Intel Pentium, CPU G 3260 de 3,30GHz <sub>2</sub> , com 8 Gb RAM.	Windows 10	5	EPSON POWER LITE S8 +

## 10.6 Atendimento À Pessoa Com Necessidades Especiais

O apoio estudante/cursista à pessoas com necessidades especiais é constituído por um conjunto de ações que abrangem diferentes naturezas de atendimento. Na ESCOLAGOV-MS, eles têm uma atenção personalizada.

A construção de uma política para estudantes com deficiências se apresenta como exigência do próprio modelo adotado. Assim, a ESCOLAGOV-MS incorpora a criação de oportunidades de inclusão social a estudantes como uma das diretrizes do seu projeto educacional, considerando a grande diversidade de seus perfis, tais como o social, o econômico, o cultural, o étnico, o racial, o de gênero e, dentre eles, o perfil de pessoas com de necessidades especiais. Nesse sentido, os programas e projetos destinados, especificamente, aos estudantes com deficiência visam não apenas a cumprir as exigências legais, mas, sobretudo, a permitir que tenham uma vida no ensino superior plena.

#### **10.6.1.1 Para Estudantes Com Deficiência Física Ou Mobilidade Reduzida**

Foram realizados diferentes investimentos para o ajuste dos espaços físicos no Polo 1 – Unidade ESCOLAGOV-MS e, como adaptação das instalações às normas vigentes no que se refere à segurança e à acessibilidade desses estudantes, providenciando-se a instalação de rampas de acesso, vagas para deficientes, adaptação de áreas para acesso nos auditórios (se necessário), instalação de bebedouros adaptados, etc., como nos casos especificados a seguir:

#### **10.6.1.2 Para Estudantes Com Deficiência Visual**

Disponibiliza-se, na Biblioteca/Laboratório de Informática, computador com programas (Winvox, Dosvox, Recongnita-plus 3.0 e Standard OCR 3.2, Agnvox e Papovox, entre outros) que permitem que um livro seja escaneado, transformando-o em arquivo audível e transferível para os endereços eletrônicos dos estudantes, possibilitando-lhes fazer uso dos textos no momento de sua conveniência. Permite-se o uso de gravadores convencionais existentes no setor de Audiovisual, nos Laboratórios de Informática, em número compatível com as necessidades de todos os estudantes, com auxílio dos funcionários responsáveis pelo suporte no atendimento. E no setor de reprografia existem máquinas (copiadoras digitais) com capacidade de ampliação dos textos impressos.

#### **10.6.1.3 Para Estudantes Com Deficiência Auditiva**

Disponibilizam-se profissionais intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – Libras

durante as aulas (colaboradores por meio do credenciamento na ESCOLAGOV-MS) e telefones públicos adaptados.

Convém ressaltar que, dentro da consciência de sua responsabilidade social no que se refere aos deficientes auditivos, a ESCOLAGOV-MS manterá, desde então, o diálogo com a Secretaria de Estado de Educação que desenvolve estudos e pesquisas e atendimento transdisciplinares no campo da audição, da voz e da linguagem.

Ressalte-se que todos os esforços já realizados, bem como os atuais, aconteceram de modo articulado e com a participação de instâncias internas e externas, incluindo parcerias com organizações da sociedade e com diferentes esferas governamentais.

A diversidade cultural e social representada pela presença desses estudantes tem se refletido no redimensionamento de currículos e de relações. Além disso, propicia a convivência com o diferente e a diferença entre professores e estudantes/cursistas da ESCOLAGOV-MS.

Para a construção mais ampla de uma política institucional, em relação aos estudantes com deficiência, todas as áreas envolvidas colaboram em ações direcionadas:

À manutenção de contatos interinstitucionais para aperfeiçoamento da política;

Ao desenvolvimento de metodologias de avaliação dos serviços prestados aos estudantes/cursistas;

À elaboração de projetos institucionais de pesquisa e de captação de recursos externos.

Após ingresso a ESCOLAGOV-MS tem identificado seus estudantes com deficiência e procura atendê-los confortavelmente, disponibilizando salas de aula em andares térreos de seu prédio, providenciando carteiras adequadas e, às vezes, mesas e cadeiras, na medida das necessidades.

### 10.7 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA

Item	METAS	Cronograma		
		2018	2019	2020
1	Elaboração do Plano Diretor	X	X	X
2	Adequação das áreas administrativas	X	X	X
3	Melhoria na Acessibilidade da Fundação Escola de Governo de MS	X	X	X
4	Melhoria do laboratório de informática		X	
5	Melhoria na infraestrutura do prédio da Instituição	X	X	X

6	Ampliação e reforma do prédio da Instituição			X
7	Criação de biblioteca própria		X	X
8	Criação de novos laboratórios		X	X
9	Criação e ampliação das salas			X
10	Adequação para liberação do alvará de localização e funcionamento	X	X	X
11	Adequação para liberação do alvará sanitário	X	X	X

## 11 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL

A avaliação interna ou autoavaliação da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul se constitui num processo reflexivo que possibilita a compreensão mais ampla da Instituição, por meio da captação do sentido comum de Fundação, construído por professores, estudantes/cursistas e servidores que nela atuam sem perder de vista a diversidade e a complexidade das diferentes ações por ela desenvolvidas. É um processo que deve integrar a produção de conhecimento sobre a Fundação, com a participação de todos que nela atuam, buscando seu aperfeiçoamento. Ela se coloca como exigência da própria Instituição, das políticas públicas – em conformidade com a Lei 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – e da sociedade que espera a transparência dos seus resultados científicos, transformações sociais, culturais e de formação dos profissionais.

Para o desafio da captação de sentido da Fundação, que subsidia tanto o planejamento institucional, como o desenvolvimento de processos avaliativos, a ESCOLAGOV-MS conta com encaminhamentos advindos de diferentes áreas e, em particular, com a Comissão Própria de Avaliação (CPA-ESCOLAGOV-MS) cuja comissão se engaja no ano de credenciamento. Foi instituída pelo Diretor-Presidente, de acordo com o Art. 11 da Lei nº 10.861/2004, como órgão de coordenação, condução do Projeto de Autoavaliação Institucional, (orientação, de sistematização e de prestação de informações tanto para a Fundação como para os órgãos oficiais), visando a oferecer subsídios para o aperfeiçoamento das decisões que podem reafirmar a identidade da Fundação Escola de Governo de Mato Grosso do Sul.

Ao longo do último anos com ações pontuais e hoje a CPA-ESCOLAGOV-MS voltou-se para a compreensão da multidimensionalidade e a complexidade como elementos fortes que caracterizam a Fundação como uma instituição aberta para inúmeras possibilidades. Essa compreensão, favorecida pelos processos de autoavaliação institucional, perpassou a necessidade de redirecionamento contínuo das ações que nortearam os



diferentes ciclos de avaliativos na Instituição.

A proposta de autoavaliação da ESCOLAGOV-MS tem se orientado pelos seguintes princípios e ações inerentes à:

*Participação qualificada:* assegura a presença de atores diretamente envolvidos com o objeto de avaliação, compondo com outros que vivem o ambiente institucional;

*Legitimação:* implica a validação pela comunidade dos principais encaminhamentos do trabalho de avaliação favorecendo a participação reflexiva dos diversos segmentos;

*Difusão e propagação do conhecimento da realidade:* implica um processo avaliativo desencadeador, cuja imagem pode ser metaforicamente expressa pela gota que, caindo na superfície da água, produz movimentos circulares de propagação e ampliação;

*Integração formativa:* constitui-se na preocupação em integrar os dados institucionais resultantes das diferentes avaliações, reconhecendo as diversas leituras e rompendo com a burocratização e a departamentalização das informações. A integração assume um caráter formativo na medida em que os participantes passam a partilhar a responsabilidade pela coleta e a utilização dos dados avaliativos.

Para atender a esses princípios, a CPA-ESCOLAGOV-MS tem investido numa composição estrutural e de funcionamento que busca potencializar a comunicação com a comunidade do ensino superior, assegurando condições para a efetividade e legitimidade do trabalho avaliativo. Assim, está constituída por um conselho assessor mais ampliado composto por diferentes segmentos da Fundação – professores, estudantes, servidores e representantes da sociedade civil – com funções de análises e proposições e por um grupo técnico especializado, mais executivo, responsável pela organização, sistematização, análises de dados, divulgação de informações – produção de relatórios específicos (anuais, trienais e sínteses para gestão) e pela mediação com a comunidade.

Levando-se em conta os aspectos assinalados, propõem-se as seguintes **metas** para a avaliação institucional da ESCOLAGOV-MS no triênio (PDI 2018-2020):

Produção de indicadores institucionais que deem subsídios para ações gestoras, de forma a permitir que o diagnóstico e o controle da Instituição se articulem com o PDI 2018 - 2020.

Aperfeiçoamento do caráter formativo da avaliação, na medida em que os participantes partilham a responsabilidade pela coleta, pela reflexão e utilização dos dados

avaliativos, buscando o aperfeiçoamento institucional e pessoal.

Investimento na existência de fluxos para apresentação e reflexão sobre os resultados da avaliação, que favoreçam a associação entre avaliação, planejamento e tomada de decisões.

Aperfeiçoamento da sistematização da coleta e organização dos dados da autoavaliação, com vistas à divulgação e devolutiva para a comunidade, com agilidade e pertinência.

Ampliação dos investimentos na superação da dispersão de informações na Fundação, mediante fortalecimento de um sistema de cooperação, com apoio de sistemas informatizados.

Sistematização e integração de resultados das avaliações e informações sobre a ESCOLAGOV-MS, tendo como eixo o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, utilizando bancos de dados relacionais numa perspectiva multidimensional.

Fortalecimento de parcerias com instâncias gestoras, sobre o desempenho e o perfil de cursos e de programas, com base em resultados das avaliações internas e externas, visando a encaminhamentos para o aperfeiçoamento institucional.

Investimento na sistematização de práticas avaliativas institucionalizadas voltadas para o aperfeiçoamento dos cursos de qualificação profissional, graduação e dos programas de pós-graduação.

Integração de trabalhos avaliativos garantindo o fortalecimento do processo decisório dos gestores da Fundação.

Essas metas serão atingidas pelos seguintes **objetivos**:

Realizar um processo partilhado e reflexivo de produção de conhecimento sobre a ESCOLAGOV-MS, que torne possível a construção e consolidação de valores e princípios da instituição, processo esse que subsidie a tomada de decisões;

Instalar um sistema de informação e divulgação de dados ágil e preciso, com a participação dos diferentes segmentos da Fundação, garantindo a democratização das ações;

Efetivar a análise contínua da ação educativa, buscando vê-la com clareza, profundidade e abrangência com vistas ao aperfeiçoamento de desempenho acadêmico-administrativo;

Integrar diferentes processos avaliativos desenvolvidos na Fundação.

A dinâmica do processo de autoavaliação da ESCOLAGOV-MS, com vistas à concretização das metas propostas para o triênio 2018-2020, configura-se com base em dois grandes focos de ação:

Foco 1: Acompanhamento avaliativo das dimensões institucionais com encaminhamentos para tomada de decisões.

O acompanhamento, que é pautado pelas orientações definidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), resguarda as especificidades da instituição e integra atividades avaliativas com envolvimento dos atores institucionais. A proposição do trabalho avaliativo se apoia, portanto, em um processo de diálogo com a comunidade e se desencadeia em três etapas que, apesar de distintas, integram-se: a Construção coletiva do projeto de avaliação; o Desvelamento coletivo da realidade; e a Comunicação e divulgação negociada. Tais etapas têm se articulado a cada ciclo, compondo uma dinâmica de continuidade e aperfeiçoamento.

A referência básica do trabalho de autoavaliação, que vem sendo realizado nos diferentes ciclos, são as Matrizes de Avaliação de cada dimensão, construídas, pela comunidade em espaço de diálogo especialmente organizado para tal, quando da implantação da autoavaliação na Instituição em consonância com o SINAES. Nas diferentes matrizes, que estão em contínuo processo de ajustes, estão registrados: a) Núcleo básico comum de avaliação da dimensão; b) Questões norteadoras; c) Indicadores; d) Fontes; e) Plano de coleta de dados (instrumentos e procedimentos).

A vivência de diferentes ciclos tem apontado a importância de se ter o conjunto das dimensões institucionais compondo o grande objeto das análises avaliativas, associado a um processo de acompanhamento que permita dar visibilidade ao desenvolvimento institucional da Fundação como um todo. Busca-se o acompanhamento/monitoramento das decisões em cada dimensão, ou seja, das ações propostas pela comunidade, com base nos resultados avaliativos, num movimento sistêmico, oferecendo análise de dados para retroalimentar as atividades/ações, gerando intervenção prática, tendo em vista o aperfeiçoamento. Nesses encaminhamentos, a participação da comunidade é essencial nas diferentes etapas do processo avaliativo, incluindo a publicização de resultados, quando são utilizadas diferentes modalidades de relatórios. Tal direção estará presente será preparada após o credenciamento (PDI 2018-2020).

Foco 2: Institucionalização de práticas avaliativas

O dinamismo da avaliação levou à busca de sua integração na agenda institucional como parte da dinâmica cotidiana. Exigiu um trabalho com marcos de temporalidade e espacialidade compreendendo a avaliação como prática contínua e sistemática e parte do processo de autoavaliação como um todo. A institucionalização contempla, entre outros aspectos, decisões compartilhadas; apoio operacional e especialmente tecnológico para a agilização de coleta e análise de dados; a definição clara de responsabilidades dos agentes envolvidos; a elaboração de manuais, de protocolos, de instrumentos de orientação para suporte à implementação das atividades avaliativas; a agilização da retroinformação instrumentando processos decisórios delimitados.

Emergiram como objetos desse investimento diferentes práticas avaliativas, voltadas para a qualidade e organização didático-pedagógica dos cursos e programas. Neste triênio, serão priorizadas as seguintes práticas, que poderão ser redimensionadas considerando as necessidades institucionais:

Diálogo da avaliação interna com a Avaliação Externa, contemplando:

Análise de dados da Avaliação *in loco* de cursos de graduação (quando houver);

Estudos dos indicadores de qualidade produzidos pelo MEC, com ênfase, nos resultados do ENADE, nos Microdados disponibilizados pelo INEP; nos resultados da avaliação da CAPES, entre outros (quando houver).

A articulação entre a avaliação institucional interna e externa traz qualidade para a orientação do processo decisório na gestão institucional, a melhoria da qualidade das ações praticadas e o fortalecimento da imagem e da identidade da Instituição.

Inserção da avaliação da docência na avaliação de curso

A avaliação da docência, que integra a composição dos cursos, constitui-se em um processo institucional de escuta sistemática da comunidade sobre a docência e seus fatores relacionados.

A estruturação dessa consulta fundamenta-se em uma concepção de docência que valoriza a manifestação dos dois principais atores do processo ensino aprendizagem, para sua compreensão. Assim sendo, professores e alunos são ouvidos para compor os resultados: alunos avaliam seus professores e se autoavaliam, enquanto professores se autoavaliam e avaliam suas turmas.

### Avaliação do egresso

Os egressos têm sido objeto da autoavaliação, enquanto parceiros do projeto institucional da ESCOLAGOV-MS. Os estudos realizados têm buscado ouvi-los sobre questões de sua formação e impactos sobre sua empregabilidade e desempenho profissional.

O trabalho avaliativo procede à sistematização de informações que possibilitem, ao mesmo tempo, descrever e analisar aspectos essenciais à Fundação com base na visão de egressos com vistas ao aperfeiçoamento do trabalho institucional, considerando também as ofertas de formação continuada. Participaram de processos de avaliação egressos da qualificação profissional, graduação e da pós-graduação em diferentes momentos, oferecendo dados valiosos. Com vistas ao aperfeiçoamento, tem sido buscado um formato de escuta cada vez mais compatível com os objetivos da interlocução entre a Instituição e o produto de sua formação.

### **11.1 Sustentabilidade Financeira**

Os resultados positivos em 2016 e 2017, embora modestos, demonstram para o triênio a necessidade de continuar buscando equilíbrio econômico-financeiro e de ampliar fontes de recursos com serviços, somada às mensalidades, que constituem a maior parte da receita.

Medidas são tomadas procurando-se equacionar soluções para aprimorar o necessário equilíbrio econômico e financeiro. No plano da Fundação continuará o controle da formação de turmas de graduação e de pós-graduação. De maneira geral, serão mantidos os investimentos necessários para garantir a qualidade acadêmica/profissional e o desenvolvimento compatível com sua vocação. Paralelamente, os estudos de readequação e modernização serão desenvolvidos em várias áreas, como, recursos humanos, gestão da operação técnico-administrativa, investimento em tecnologia e infraestrutura.

A Fundação tem uma previsão orçamentária, elaborada conjuntamente com a Mantenedora da Instituição, que será trabalhada simultaneamente em duas frentes: a primeira, destinada à composição mais adequada de ações para minimizar o passivo da

Instituição; a segunda, destinada à atualização da infraestrutura, com a renovação de seus equipamentos, bem como de condições tecnológicas para gerar melhores condições de ensino e pesquisa.

### 11.1.1 Previsão Orçamentária E Cronograma De Execução

Cabe à Mantenedora a elaboração e a aprovação do orçamento anual e à Mantida, o envio de informações relativas às unidades, envolvendo desde a previsão de receitas, os custos de serviços, os custos administrativos, o plano de investimentos e a projeção dos resultados.

O orçamento é aprovado pelo Conselho Administrativo da ESCOLAGOV-MS, pelo Conselho Fiscal da Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização – SAD-MS e submetido à análise da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ-MS e apoiada pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

O quadro a seguir apresenta, de forma simplificada, uma projeção das condições financeiras da Fundação nos próximos seis anos. Os valores descritos não têm a aplicação de nenhum índice inflacionário nos períodos futuros.

#### Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira

Especificação / Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>TOTAL DE RECEITAS (+)</b>	R\$ 17.208.800,00	R\$ 17.897.200,00	R\$ 18.613.100,00	R\$ 19.553.755,00	R\$ 20.520.942,75	R\$ 21.546.989,89	R\$ 22.624.334,83
<b>DESPESAS CORRENTE (-)</b>	R\$ 1.015.597,90	R\$ 10.437.800,00	R\$ 10.842.200,00	R\$ 11.275.888,00	R\$ 11.726.923,52	R\$ 12.196.000,46	R\$ 12.683.840,47
<b>DESPESA DE CAPITAL (-)</b>	-	<b>R\$ 7.549.400,00</b>	<b>R\$ 7.770.900,00</b>	<b>R\$ 7.801.736,00</b>	<b>R\$ 8.113.805,44</b>	<b>R\$ 8.438.357,65</b>	<b>R\$ 8.775.891,95</b>
<b>RESULTADO (=)</b>	R\$ 16.193.202,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 466.131,00	R\$ 680.213,79	R\$ 912.631,78	R\$ 1.164.602,41

Obs.: Os valores tanto do Total das Receitas, quanto das Despesas Corrente e de Capital, foram estimados de acordo com os planejados na LOA e PPA para os anos de 2017 a 2019, e acrescidos para planejamento até o ano de 2023.